



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – ORÇAMENTO 2013
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Declaro abertos os trabalhos da décima sétima audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Orçamento em 2012 e a segunda referente ao Orçamento, tendo como objetivo discutir o PL 424/12, de autoria do Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2013”.

Foram convidados os Srs. Secretários de Finanças e de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Para compor a Mesa, chamo o Dr. Renato Tuma, o Secretário Rubens Chammas e a assessoria.

Esclareço os senhores que, a partir de agora, estão abertas as inscrições para todos que desejarem se manifestar, por tempo não superior a três minutos.

Passo a palavra primeiramente ao Secretário Rubens Chammas para um breve relato e explicações que julgar importantes.

Bom dia, Sr. Secretário Rubens.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Bom dia a todos. Cumprimento o nobre Vereador Milton Leite, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa.

É muito importante esta discussão por meio desse fórum democrático no âmbito do Legislativo para que a sociedade possa se manifestar, trazendo seus pleitos, discutindo e fazendo análises da proposta orçamentária enviada pelo Executivo para o Orçamento de 2013.

A audiência pública realizada há 15 dias foi muito intensa, vários pontos muito importantes foram abordados e a Comissão de Finanças encabeça o processo do ponto de vista do Poder Legislativo para que possa, com os instrumentos disponíveis, propor ajustes a fim de que tenhamos a melhor proposta de execução orçamentária para o ano que vem.

Os desafios de uma cidade como São Paulo são muito grandes, mas relembro que

temos uma proposta inicial de 42 bilhões de reais. É uma proposta robusta, mas temos sempre que tomar o cuidado de saber quais são as fontes geradoras dessa proposta. O Tesouro Municipal é uma forte fonte geradora por meio de suas receitas tributárias, como ISS, IPTU, ITBI, mas existem outras fontes, como a federal, por meio de programas indicativos.

Na última audiência pública, a primeira pergunta que o Vereador Milton Leite nos fez foi sobre as receitas que não ocorreram este ano. Realmente, este ano, a previsão da Secretaria de Finanças é de um total arrecadado de 36,7 bilhões. Até a data da última audiência, o valor era de 36,5, e esse acréscimo é em função dos depósitos judiciais que estão sendo contemplados agora.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só uma questão, Secretário. Então, o nosso orçamento é de 38,7 bilhões. É isso?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E a sua estimativa é fechar em quanto?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Em 36,7 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O.k. Pode prosseguir, Sr. Secretário.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Complementando essa informação, vou falar das receitas que não ocorreram. É importante essa análise, porque, se a peça orçamentária é de 38 este ano e de 42 para o ano que vem, uma pessoa que não fez uma análise mais analítica e detalhada da peça pode achar que essa é uma receita certa. Não é uma receita certa, é uma estimativa de receita e uma fixação de despesas.

Existem receitas que ao longo do ano podem não entrar. As receitas correntes tributárias, por exemplo, podem ter uma variação dentro de uma margem. Vou dar um exemplo: houve uma expectativa para o orçamento deste ano de um PIB de 4.10% e o que está se verificando é um PIB de menos de 2%. Então, vemos que há uma desaceleração em alguns setores da economia, e isso afeta algumas receitas. Às vezes a receita municipal tributária, ISS e IPTU, pode não ser afetada imediatamente, mas as transferências estaduais, como por

exemplo o ICMS, que mostra o perfil de como a economia está andando, pode ser afetado, como foi afetado este ano.

Então, receitas que não devem ocorrer este ano: algumas transferências federais e muitos projetos aprovados pelo Governo Federal, basicamente com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Temos uma carteira de mais de 2,1 bilhões de aprovados, muitos deles em andamento, mas alguns com um cronograma um pouco defasado do imaginado inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, permita-me interrompê-lo só para sintetizarmos e até para as pessoas entenderem. Temos uma Fonte chamada 03, que é o Governo Federal; a Fonte 02, Governo Estadual; fonte 00, Tesouro Municipal. Da fonte 00, dos diversos programas, quanto deixaremos de auferir como receitas por “n” motivos não cumpridos, ou seja, que não se realizaram do Governo Federal até o presente momento?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Entre Governo Federal e alienações, nós devemos ter um total de dois bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas alienações é uma coisa. A pergunta é outra. A Câmara havia aprovado cerca de 1,3 bilhão de alienações de bens para 2012.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Temos que tomar cuidado, porque na alienação de bens estão inclusos os Cepacs, que também são uma alienação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sei, mas vou pedir para que o senhor identifique o quanto não realizamos de alienação de bens imóveis e os Cepacs, que estava previsto e não realizamos, para que a população e os senhores parlamentares, que fazem as análises e examinam, possam entender melhor. Primeiramente, o quanto o Governo Federal não cumpriu ou deixará de cumprir na peça orçamentária de 2012.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Esse é o número que deve variar em torno de 1 a 1,5 bilhão. Acho que as palavras “não cumprir” é...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sei que é agressivo, Sr. Secretário.

Mudemos então para “deixar de ser realizado”. Não quero agredir o Governo Federal ou quem quer que seja por qualquer motivo. Não interessa o motivo, o que importa é fazermos uma análise.

O senhor disse que temos um orçamento de 38 e que executarão 36,7. O que não entrou? Não estamos dizendo que o Governo Federal é o culpado, porque tem suas razões e motivos; essa análise nós faremos em outro momento.

Então, na melhor das hipóteses, teremos um déficit de 1 bilhão. É isso?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Eu posso depois pedir à área de finanças que encaminhe para esta Comissão o número atualizado até novembro, porque ela tem essa informação mais detalhada. Mas, do Governo Federal, algo em torno de 1 bilhão a 1,5 bilhão não verificados este ano, não executados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não executados... E do Governo Estadual?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Um dos grandes programas do Governo Estadual é o habitacional. Eu não tenho o número detalhado da não execução, mas gira torno de 200 a 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mais 200 milhões?

O SR. RUBENS CHAMMAS - É claro que quando a gente fala em alienação de bens, na vinda de Cepacs houve um excesso de arrecadação do que tínhamos previsto. Isso equilibra esse balanço total de 2 bilhões de defasagem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas alienação de bens imóveis. Nós aprovamos uma série de leis para que vendêssemos terrenos da cidade de São Paulo, Secretário. V.Exa. o estimou como eventuais receitas. Indago: o que realizamos e o que não realizamos dos valores, principalmente em relação à alienação de bens imóveis, ou seja, propriedades que iríamos vender, não importando o motivo? O que deixamos de realizar?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Em relação a bens imóveis, eu queria fazer uma pequena observação...

O SR. DALTON SILVANO – Um aparte, Presidente, para aproveitar a pergunta de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aproveito para registrar a presença do nobre Vereador Dalton Silvano e do ex-Vereador Odilon Guedes, sempre presente.

O SR. DALTON SILVANO – Bom dia a todos. Cumprimento o Secretário Rubens Chammas e todos os demais presentes. Apenas para fazer um adendo à pergunta de V.Exa. Aprovamos nesta Casa leis para alienação de bens imóveis, alguns dos quais tiveram a venda bloqueada pelo Poder Judiciário. Isso também tem que ser levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, para completar minha pergunta: dos bens imóveis alienáveis não realizados. A pergunta é essa, Secretário.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Chegou agora uma informação detalhada. Esse 1,2 bilhão, que comentei há pouco, é a não entrada de recursos federais e estaduais - 700 milhões, de origem federal, e 500 milhões, estadual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos corrigir o número: 700 do Governo Federal e 500 do Governo Estadual. Temos, então, uma somatória desses dois governos, fontes 02 e 03, no valor de 1,2 bilhão.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Quero também fazer um comentário sobre a estratégia de alienação de imóveis. A Prefeitura possui vários imóveis, muitos remanescentes de desapropriação e muitos com problemas documentais, de matrícula. Se pegarmos, por exemplo, o eixo do Rio Tietê, após cuja retificação houve vários remanescentes, que são propriedades da Prefeitura, mas com problema documental, de matrícula. O que isso implica? A não documentação – como o Vereador Dalton Silvano comentou – traz uma leitura muito ruim da área jurídica, que fragiliza o processo e traz uma taxa de risco muito grande se colocarmos isso para o mercado.

Vários processos foram encaminhados. Acho que a gente avançou muito no assunto “gestão do patrimônio imobiliário”. Hoje conhecemos detalhadamente todos os imóveis

da Prefeitura – aqueles que estão com permissão de uso, os que estão com concessão, os que podem ser alienados -, mas continuamos esbarrando na parte documental, o que não é nenhuma novidade. Esse problema documental aflige o Governo Municipal, o Governo Estadual e também o Federal.

As receitas de alienação de imóveis que não foram auferidas neste ano perfazem o total de 345 milhões de reais. Foram realizados 15 milhões de um total de 360 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perdão, Secretário...

O SR. RUBENS CHAMMAS – Trezentos e quarenta e cinco milhões não realizados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, somados, teríamos um total de 1 bilhão e 545 milhões. É isso, Secretário?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, 200 mais 345 não realizados; no total, 1 bilhão e 545 milhões. Está correto?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O que sobre são 450 milhões não cumpridos. Estamos identificando aqui que a peça proposta era de 38,7 bilhões. Ótimo. Cumpriremos 36,7 bilhões. A diferença, então, é de 2 bilhões. O senhor identificou, como fonte 02, 700 milhões; como fonte 03, 500 milhões – 345 milhões de alienação de bens.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O que soma 1 bilhão e 545 milhões. Indago: o que não está sendo cumprido aqui? Isso seria em função do PIB?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Outra receita que não ingressou, ou ingressou a menor em relação à expectativa foi o Fundeb, que no orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas aí é Governo Federal...

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não, não, é uma fonte diferente; é fonte 04, é o

Fundo da Educação. Ela vem via federal, mas entra na nossa como fonte 04, por volta de 180m milhões a menor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Digamos então que estamos aqui com 275 milhões - que o senhor está dizendo que é do Fundeb, fonte 04 – e com 180. Temos aqui 275 milhões ainda descobertos. O que é isso?

O SR. RUBENS CHAMMAS – A informação de Finanças está vindo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fatiada. Virou moda agora.

Para fins de registro, estão presentes os Srs. Vereadores Paulo Frange, Floriano Pesaro, Dalton Silvano e passou por esta reunião o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, para cumprimentar os Vereadores que chegaram. Parece que as coisas hoje vão dar certo, pois todos combinaram e vieram todos com camisas listradas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A minha é preta e branca por motivos óbvios. Imagino que essas cores estarão em moda até o dia 16, apesar do quadrado amarelo na manga, que seremos obrigados a utilizar.

Secretário, por favor, conclua. Existem ainda 275 milhões, que não sei de onde são.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Temos que destacar outra receita, que prevíamos no orçamento, que é a antecipação dos recebíveis do Fundo de Saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Duzentos e oitenta milhões.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Esses números são aproximados, mas...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É aproximadamente isso. Fundo de Saneamento. É verdade, Secretário. Fonte 08, não é?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Nós recebemos, na verdade, por volta de 320 milhões/ano em 4 parcelas de 80 milhões através de um contrato da Prefeitura com a Sabesp, em que essa empresa aporta nesse fundo 7,5% da sua receita auferida aqui no Município de

São Paulo. E da peça orçamentária de 2012 nós tínhamos indicado uma previsão de antecipação de recebíveis. Essa antecipação hoje é um processo todo estruturado, e avançamos muito, mas também estamos apontando na peça orçamentária de 2013 a oportunidade de fazer isso. Então, essa receita não foi efetivada neste ano. Assim, perfaz-se a ordem de grandeza de 2 bilhões a menos do recebido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, agradeço V.Exa. por suas colocações. Farei agora um balanço sobre sua fala aos Srs. Vereadores presentes.

A peça orçamentária aprovada por esta Egrégia Casa para o exercício de 2012, em números redondos, foi de 38,7 bilhões. Afirma o Sr. Secretário que, pelos números que temos hoje, podemos confortavelmente falar em cumprimento de 36,7 bilhões – ou seja, 2 bilhões. Alguns hão de dizer: a Câmara errou. Como está provado aqui, não. Ela acertou absolutamente em tudo. Senão, vejamos: o Governo Federal não vai repassar 700 milhões; há os 500 milhões do Governo Estadual – já estamos em 1,2 bilhão. Há ainda o Fundeb, 180 milhões de reais. Há ainda 280 milhões do Fundo de Saneamento. O que é o Fundo de Saneamento? Trata-se da lei que esta Casa, sob minha liderança, aprovou, pela qual vendemos os direitos de exploração de água e esgoto pela Sabesp na cidade de São Paulo – um dos mais importantes projetos já aprovados na história desta Casa e que rende cerca de 320 milhões ao ano de receitas aprovadas ao Fundo. Quando aprovei, por criação e indicação minha, o Fundo Municipal de Saneamento. Temos mais 280 milhões. Não é a parcela. Isso a Sabesp cumpriu. É uma antecipação de recebido, ou seja, tentaram adiantar esse recurso por um ano, o que não foi possível, que se indicou como receita. Então, o Governo Federal, 500, 700; Governo Estadual, 500; Fundeb, 180 e já estamos em 1.380; 345 de alienação de bens; 1.725 e 280 milhões do funcionamento. Ou seja, estamos com 2 bilhões e 5 milhões. 2 bilhões, explicados o déficit.

Nada tem a ver esse recurso com as modificações que a Câmara fez. Os recursos, até onde eu saiba, foram mantidos. A Peça de 2012 – muitos falaram que a Câmara errou ao

mexer aqui, mas isso não foi modificado. A Câmara, Sr. Secretário, não modificou esse número. Bens, não cumpriu, mas também não vendeu o terreno. Alienações de bens foram 345 – não cumpriu, mas o dinheiro está lá, porque o bem imóvel também não foi vendido. O dinheiro continua ativo, de uma maneira ou de outra está presente. A Prefeitura venderia uma propriedade, mas não vendeu e o dinheiro continua lá. Pode vender a qualquer momento, desde que supere a questão da legalidade que dê tranquilidade ao eventual comprador.

A Câmara Municipal de São Paulo liberou para o Município vender, mas o Município não vendeu e deixou de arrecadar 345. Está à disposição para que se venda novamente.

Sr. Secretário, hoje, no mercado financeiro, segundo extrato que disponho, a Prefeitura tem 7 bilhões e 770 milhões de reais. V.Exa. tem esse número. Gostaria que V.Exa. decompusesse esse número. Que dinheiro é esse? Como será utilizado até o final de dezembro? Quais são as despesas referentes à receita que há no banco? Se o número estiver errado, por favor, me corrija. Há 7.770.405.235,21 reais aplicados no mercado financeiro. Para que as pessoas entendam o que é e como gastaremos esse dinheiro até o final do ano.

O SR. SECRETÁRIO RUBENS CHAMMAS – Para complementar a primeira parte, a proposta para 2013 é de 42 bilhões de reais. Há quase 28 bilhões previstos da arrecadação do Tesouro Municipal; algo em torno de 4,2 bilhões de reais previstos de transferências federais; 1 bilhão de transferência estadual; 3,4 bilhões do Fundeb, fonte 04, que é dinheiro federal, mas que vem através de fundo específico. O último dado importante diz respeito aos recursos vinculados que são os Fundos Municipais, algo em torno de 2,8 bilhões de reais.

Desses fundos, destaco o Fundo do Trânsito....

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que compõem as multas?

O SR. SECRETÁRIO RUBENS CHAMMAS – A origem desses recursos são as multas. O Fundo de Urbanização, Fundurb, e o Fundo de Saneamento. Esses são os três maiores fundos. Há o quarto fundo que é o Fundib, cuja receita principal é a taxa Cosip da

conta de luz.

Em relação ao caixa da Prefeitura, é uma matéria eminentemente da Secretaria de Finanças, mas eu tenho informações não detalhadas. Depois a área de finanças pode dar os detalhes. Não podemos esquecer que às vezes esse número pode parecer polpudo – o número é forte -, mas grande parte dele, mais de 3 bilhões de reais, são recursos das Operações Urbanas.

Como funcionam as Operações Urbanas? Para o interessado ter o direito de construir acima do parâmetro básico e chegar ao parâmetro limite em algumas áreas da cidade – hoje temos em quatro áreas: Operação Urbana Água Branca, Operação Urbana Água Espraiada, Faria Lima e Centro. Duas Operações Urbanas, Faria Lima e Água Espraiada, têm um mecanismo inovador que é o título. A Prefeitura coloca um título no mercado, Cepac, o interessado adquire o título que dá o direito de ele, quando o projeto for aprovado, apresentar o título e fazer jus a utilizar o potencial a mais.

Portanto, há uma antecipação de recursos que ficam em contas específicas, auditadas pela Caixa Econômica e por todo o processo da Operação Urbana. Por ser uma colocação de títulos, a Operação Urbana tem um acompanhamento forte da CVM e esse recurso só pode ser alocado em áreas específicas, quer dizer, o recurso da Faria Lima só pode ser empregado na área da Faria Lima e somente para as obras indicadas na Lei da Faria Lima e assim por diante com as outras Operações Urbanas.

A Faria Lima e a Água Espraiada têm o mecanismo do Cepac. Água Branca ainda é do modelo antigo, com outorga onerosa com pagamento só após aprovação do projeto, assim como a Operação Urbana Centro. Há algo de 3,3 bilhões nessas operações urbanas.

Há em torno de 1,1 bilhão de recurso federal para a Educação e Saúde que estão sendo executados. Existem recursos federais que vêm com alguma rigidez. Por exemplo, na área da Saúde há alguns programas que a quota parte a qual o Município tem direito é muito maior do que a nossa necessidade, mas temos direito a essa quota parte e ela vem e fica em

uma conta. É claro que existem tratativas da Secretaria de Saúde para haver a flexibilização na utilização desses recursos.

Desse montante, há em torno de 1,1 bilhão de recurso federal para a Educação e Saúde e um pouco para Habitação. Para a Habitação, o recurso já fica depositado e somente após a emissão da nota fiscal, a Caixa libera o pagamento.

Não tenho o número preciso, mas deve ser em torno de 2 bilhões de despesas empenhadas ainda não liquidadas. Quando a Prefeitura autoriza que o órgão faça a despesa, pode fazer o empenho, só que ainda não houve a liquidação em pagamento. Lembro que no final do ano temos uma despesa a maior que é o pagamento do 13º que será feito no próximo dia 14. Esse número, com a liquidação em pagamento da próxima sexta-feira, por volta de 1 bilhão de reais para pagamento de pessoal: 13º, dia 14; salário, dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Teria 330 milhões sobrando, pelas minhas contas. Fiz um balancete e tem 330 sobrando.

O SR. SECRETÁRIO RUBENS CHAMMAS - É claro que os números que indiquei são números aproximados.

Tenho certeza que a Secretaria de Finanças poderá, ao longo do dia, nos ajudar no fornecimento de informações mais precisas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nesse momento, abro as inscrições e o critério será o seguinte, Sr. Secretário: as pessoas farão as perguntas do mesmo modo sempre utilizado por esta Casa.

Peço aos interessados que façam uso daquele microfone à direita para que possam se auto observarem quanto ao tempo limite de três minutos. Alguns já pediram inscrição.

(Pausa)

Inscrições encerradas, vamos cumprindo o ritmo.

Só um minuto, Sr. Vereador, apenas para eu concluir. Qual seria a questão de ordem?

O SR. DALTON SILVANO – É a questão da inscrição. Acho interessante abrir.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já encerrei, Vereador.

O SR. DALTON SILVANO – Encerrou? Passo, então, a palavra a que eu teria direito ao representante do Heliópolis.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa. pode abrir mão do seu tempo.

O SR. DALTON SILVANO – Vou abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Falarão pela ordem os Srs. Vereadores.

O primeiro inscrito é o Sr. Odilon Guedes que falará por um tempo não superior a três minutos. Em seguida é o Sr. Fábio Siqueira. Depois é o Sr. André e, após, os senhores Ariovaldo, Mauro, Rubens, Artur, Airton Góes, Regina, Vanessa, Pedro Felício, Patrícia. Esta é a ordem.

Primeiro é o nosso sempre Vereador Odilon Guedes pelo tempo não superior a três minutos.

Antes de passar a palavra ao sempre Vereador Odilon Guedes, diria o seguinte: façam as indicações por escrito. As indicações feitas e não contempladas já estão formatadas na forma de emenda que eu assinarei e apresentarei ao plenário desta Casa.

Todas aquelas apresentadas subscritas de forma regular – e subscrita significa assinada pelos representantes – eu as apresentarei. Cabe à Casa acolher ou não, mas eu assinarei e apresentarei as emendas que foram apresentadas. É sempre importante a palavra, mas é igualmente importante que façam as apresentações por escrito. Falar só não resolve, façam também por escrito.

Pelo tempo de três minutos, Sr. Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES – Professor Odilon Guedes.

Bom Dia, Vereador Milton Leite, bom dia aos demais Srs. Vereadores, Sr. Secretário Chammas, senhoras e senhores.

Na audiência passada, houve várias questões dirigidas ao Secretário de

Planejamento sobre a Vila Sonia, sobre a rodoviária, sobre a Escola de Artes, o aumento do funcionalismo, mas ele não pôde responder em detalhes porque ele não é Secretário da Cultura, nem dos Transportes, nem da Educação, nem da Saúde.

Nesse sentido, eu mesmo levantei uma questão: é inaceitável a Câmara ter suspenso as audiências que vêm sendo feitas, há 20 anos, com todos os Secretários, sejam da Saúde e da Educação, em todas as regiões da Cidade.

O Vereador Milton Leite argumentou que esse ano é um ano eleitoral, mas fui Vereador aqui e todo ano eleitoral teve audiência pública com os Secretários.

Entrei, inclusive, no Ministério Público – que não respondeu ainda – do ponto de vista de que espero, no mínimo, chame o Presidente da Comissão de Finanças para explicar porquê.

Quer dizer, vejam, nós pagamos impostos e qualquer obra é feita com nosso dinheiro, o salário dos Vereadores é pago com nosso dinheiro, também o do Prefeito e o dos Secretários. E o que recebemos em troca? Nem o debate de para onde chegará esse dinheiro. Isso é absurdo e é inaceitável.

Tem ainda mais um detalhe: a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Artigo 48, § Único, Item 1º, dispõe claramente da necessidade de ser fazer audiências públicas.

Portanto, nós estamos vindo aqui e repito: o Secretário não pode responder porque não é especialista da área.

Então espero que o Ministério Público se pronuncie. Não podemos deixar isso passar e ficar, simplesmente, olhando.

Vejam, o Orçamento tem outros problemas. Sou da Rede Nossa São Paulo e assinamos uma carta da Rede pela Transparência e Participação Social destacando isso e ainda o seguinte: o Orçamento aponta a construção de 'n' número de escolas e postos de saúde e não fala onde. Como fiscalizaremos se está sendo feito ou não? Isso o Secretário tem de responder e a Câmara tem de fazer uma emenda!

O Orçamento vem para cá justamente para a Câmara poder emendar.

São problemas graves que ocorrem, e nós, cidadãos que sustentamos a Prefeitura não temos a oportunidade de debater. E nós precisamos estar presentes e pressionar.

Por isso, nobre Vereador Milton Leite, penso que se o Ministério Público não convocar, V.Exa. mesmo deveria fazer algumas audiências públicas, no mínimo para reparar tudo isso. Chamar os Secretários da Saúde e da Educação. Serão gastos mais de 7 bilhões na Educação! Aonde? E, na Saúde, mais de 5 bilhões! Aonde?

Na área dos transportes, há um problema gravíssimo na Cidade. Queremos discutir várias questões sobre o bilhete mensal.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ODILON GUEDES - Espero, portanto, que V.Exa. repare essa questão e faça mais audiências públicas nesse sentido. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No caso de respostas que competem à Mesa, ela responde de pronta.

Primeiro, estamos cumprindo o que preceitua e, bem sabe, o sempre Vereador Odilon Guedes, a lei que determina sejam feitas duas audiências públicas. Estamos cumprindo.

O que me parece não seja razoável é chamar, hoje, o ex-Secretário para dizer o que fará uma vez que não será mais Secretário.

Chamarei o Secretário de Educação atual e ele dirá: “É o outro”. Ele tem um remanejamento grande e indicará as necessidades futuras. Parece-me que não é sustentável, de uma maneira razoável, em que venha o Cesar Callegari, futuro Secretário da Educação, e o atual, Alexandre Schneider que dirá o seguinte: “Vou construir as escolas aqui, aqui e aqui”. Daí o novo diz: “Não, é ali que eu quero. Meu dimensionamento, por área, em função das demandas não é essa”.

Por isso, parece-me, e Deus sabe, Odilon Guedes, como eu queria trazer o Secretário da Saúde, o Sr. Januário e falar dez vezes mais o que o senhor tem vontade de falar

para ele. Deus sabe como tenho vontade.

Mas, dentro do cumprimento do meu mandato parlamentar, tenho um voto. E, para convocá-lo eu precisaria de mais votos desta Casa, neste momento. Por isso, vou prosseguir.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou prosseguir.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem?

O SR. DALTON SILVANO – A Mesa foi citada e eu faço parte da Comissão de Finanças. Tenho grande reconhecimento e amizade pelo brilhante trabalho feito sempre pelo Odilon Guedes.

Tenho uma sugestão. Até porque esse último mandato, o atual mandato, e também o anterior, as rubricas sempre foram fechadas e ficou a critério do Planejamento, da Educação e da Saúde, determinar, em conformidade com as demandas locais de cada bairro, onde seriam construídas as escolas. Isso já existe atualmente.

Logo no início de fevereiro – não há problema algum – a Comissão de Finanças pode sim convocar, convidar, não falo convocar – pois não farei demagogia, nem política partidária – os Secretários para saber se eles manterão a política que está hoje versada ou se não.

O momento certo, também na minha opinião, não é agora.

Existe um plano. A demanda é muito maior do que a possibilidade de se construir escolas, creches, CEIs e tudo o mais.

No início do ano, acho que sua proposta tem de ser renovada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Odilon, sempre Exa., V.Exa. sabe dessa transição. Seria ficar discutindo o sexo dos anjos, e eu trazer o que sai e o que vem. O que sai, tenho uma vontade enorme de trazê-lo, começar às 8h e bater até - principalmente o Sr.

Secretário de Saúde – umas dez da noite, Vereador Odilon Guedes.

Mas acho que será muito mais proveitoso na linha em que o nobre Vereador Dalton Silvano mostrou. Cada comissão temática traz o respectivo Secretário, ou seja, a de Transportes traz o Secretário de Transportes; a de finanças traz o Secretário de Finanças; a de Educação, para discutir as novas escolas, traz o Secretário de Educação.

Até fevereiro haverá tempo razoável. Daí assiste razão a preocupação de V.Exa. quanto ao objeto. A forma regimental eu que discuto, até fevereiro não termos cumprido nada. A forma é discutível. O objeto que V.Exa. propõe me parece sustentável. A forma eu que discuto. Vamos prosseguir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ele merece nosso respeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos chamá-los aqui, mas vou ficar brigando para trazer um - ex-Secretário – que mandará dez atestados médicos alegando não poder vir, pois tem outro compromisso.

Então já tenho de agradecer a boa vontade do Secretário Rubens Chammas.

O Sr. Fábio Siqueira, por favor.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia a todos, meu nome é Fabio Siqueira, do Movimento Resistência do Orçamento Participativo de São Paulo. Saúdo a mesa, Vereadores Milton Leite, Floriano Pesaro, Paulo Frange, Dalton Silvano, Secretário do Planejamento Rubens Chammas; assessoria e população paulistana presente. Ex-Vereador Odilon Guedes, a quem saúdo pela excelente explanação anterior.

Primeiro, Plano de Metas. Parece que se esqueceram do Plano de Metas. Dados de hoje, já completados, 98,5% da gestão, falta 1,5% nestes 20 dias, cumpriram-se 43% das

metas. Quer dizer que é um dos piores governos da cidade de São Paulo, neste sentido. Porque está faltando 55% de metas a serem cumpridas, em 20 dias, por lógico, não serão cumpridas as metas.

Vereador Milton Leite, tem de chamar sim os atuais secretários, eles têm de prestar contas, por que não fizeram 55% das metas? Por que esse desastre da gestão Serra–Kassab? Tem de chamar sim, concordo com o Vereador Odilon Guedes. A população está querendo saber o que está acontecendo.

Por exemplo, o Secretário de Cultura, um péssimo secretário, chamado Carlos Augusto Calil, não vai entregar nem a metade das obras da Cultura. Ainda faz panfleto informando que o Teatro Flavio Império, de Cangaíba, está em obras. Não vai ser entregue. Estão enganando a população.

E o Conselho Nacional de Cultura, quem vai dar resposta? Então, penso que tem de trazer esses senhores, pessoas incompetentes que estão há oito anos sangrando, agindo de forma autoritária na cidade de São Paulo.

Questão da Habitação. Foi falado aqui sobre a Operação Urbana, etc. Ninguém explicou, por exemplo, por que no dia 6 de janeiro de 2005, o então Prefeito José Serra, nomeou o Hussain Aref Saab, para o APROVE – Departamento de Aprovações. Esse senhor está sendo investigado porque teria comprado 106 imóveis, em sete anos.

Mas o Serra não nomeou só uma vez, nomeou mais seis vezes em dois anos. E o Gilberto Kassab nomeou, em 2009, esse senhor Hussain Aref Saab, mais duas vezes. Esse senhor foi nomeado nove vezes, as portarias estão aqui para quem quiser ver. Está sendo investigado, as secretarias não se pronunciam, até em uma portaria o Sr. Rubens Chammas foi nomeado junto em outra área, creio que na Operação Urbana Água Branca.

O que está acontecendo na cidade de São Paulo? Vamos aprofundar essas discussões aqui.

As portarias estão aqui, começando pela Portaria Título de Nomeação 55, de 6 de

janeiro 2005. No sexto dia da gestão Serra nomeando o Hussain Aref Saab, senhor que está sendo investigado. Vai sair a CPI ou não vai? Vamos aguardar.

Aliás, o Sr. José Serra, na Constituinte, teve nota 3.75. Realmente, a população de São Paulo fez bem em derrotar esse senhor no dia 27 de outubro.

Finalmente, a questão da verba da Habitação: existe em Brasília uma CPI da Delta Construções.

- Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Essa empresa recebeu, em 2012, da Prefeitura de São Paulo, 34 milhões de reais, sendo que verba estadual ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Concluindo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Pela conclusão – 15 milhões. Gostaria de saber, inclusive do Fundo de Saneamento, que o senhor falou, a Delta recebeu 12 milhões. Gostaria de saber se a Prefeitura está pagando a uma empresa suspeita, que se considera falida, mas recebeu 34 milhões em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vou pedir que conclua literalmente.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Estou concluindo.

A Delta Construções será chamada a responder?

Por que a Secretaria de Serviços e Habitação pagou 34 milhões para a Delta, sendo que a verba estadual de 15 milhões, é mais do que o Estado pagou na Saúde, no Estado de São Paulo.

Investigação já.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Próximo inscrito é o André.

O SR. ANDRÉ – Bom dia a todos, meu nome é André, senhores Vereadores e cidadãos de São Paulo presentes, bom dia.

O Movimento da Rodoviária da Vila Sônia está mais uma vez presente nesta

Câmara para alertar a sociedade e os Parlamentares do grande equívoco que pode ser cometido caso seja efetuada a construção de uma rodoviária na Vila Sônia, nos moldes projetados pelo Empreendimento 12, do Programa de Mobilidade Urbana.

Na ocasião da primeira audiência pública, citamos artigos de especialistas que contestam a necessidade de um novo terminal rodoviário para a cidade de São Paulo, seja porque o número de passageiros nesse tipo de transportes está em queda, seja pelo impacto mínimo dos atuais terminais no trânsito a Cidade.

Hoje, queremos destacar a reportagem transmitida pela Rede Globo, no *SPTV*, primeira edição de 30 de novembro, onde a possível rodoviária da Vila Sônia foi tema. Nessa reportagem os moradores manifestaram a sua indignação com o projeto e a falta de diálogo com a Prefeitura.

O programa teve a felicidade de consultar um especialista em transportes públicos conhecedor da Cidade, o urbanista Kazuo Nakano, do Instituto Polis, que afirmou a impropriedade desta obra no local definido, ou seja, uma área residencial com avenidas ao redor já saturadas.

Afirmou que, mesmo baseado no (Ininteligível) de 2004, esse projeto é de 1978, ou seja, não faz nenhum sentido. A região da Vila Sônia já mudou completamente.

A cidade mais moderna do País não pode estar dependendo de um projeto que tem mais de 30 anos, isso precisa ser revisto. Vejam a reportagem, prezados Vereadores, é um alerta às autoridades do Município.

Os projetos urbanos devem contemplar os moradores da região, ninguém a conhece melhor do que as pessoas que nela habitam.

Pedimos aos Vereadores que nos ajudem a participar da discussão do projeto da rodoviária, antes que seja finalizada a licitação em 27 de dezembro de 2012.

Na primeira audiência, Vereador Milton Leite, os senhores nos falaram que ficaria para a próxima gestão, mas não é verdade, porque a licitação está para o dia 27 e a Prefeitura

está correndo.

Entramos com um processo no Ministério Público e nunca fomos escutados, por isso que era importante a presença do atual secretário, porque é para agora.

Se a gente conseguir para a próxima gestão, ótimo. Porque a gente está dialogando com a próxima gestão. Aí fica difícil.

Essa obra está projetada para esta gestão e não para a próxima, como muitos imaginam. Esperamos ter a oportunidade de realmente dialogar com o próximo Governo.

Lembrando que o Orçamento de 2013, onde se encontra o projeto de novas rodoviárias, foi realizado conforme as prioridades do atual governo, não do próximo que talvez seja obrigado a ficar com o ônus deste projeto.

Precisamos quebrar essa barreira, retirar a população da sala antirruído e trabalhar juntos, porque só assim a Cidade vai ser mais agradável e mais humana.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu responderia a sua solicitação a tempo. De fato, a licitação está em – não sei se será concluída. Deus queira que não, que possa o novo governo discutir. Sou favorável ao amplo diálogo, para buscar aquilo que a comunidade deseja.

Não pode um governo impor de cima para baixo, *top down*, na cabeça da população, e ninguém sabe o que vai acontecer. Se é a vontade e o melhor para aquela comunidade.

Eu só penso que a Câmara pode recomendar a suspensão, pela Comissão de Finanças, do processo. Não é nem o cancelamento, mas a suspensão do processo de licitação. Na próxima reunião da Comissão de Finanças e Orçamento vamos mandar um documento propondo, não o cancelamento, mas a suspensão para que ele possa sofrer as adequações.

Isso nós conseguiremos aprovar na Comissão, neste sentido recomendar ao Secretário atual que suspenda o processo. É legítimo. Depois que vier o outro que discuta, não

vejo nenhum problema suspender para discutir futuramente.

É difícil a conclusão neste momento, mas a depender da Comissão de Finanças e Orçamento, vamos encaminhar as 8.500 assinaturas que vocês trouxeram, entendo como bastante responsável o diálogo com a Vila Sônia.

Presidamos sempre estar atentos a isso.

Veja o mundo como é, o mundo do rico e o dos pobres: Vila Sônia é um bairro bom, na cidade de São Paulo, é tradicional. No M'Boi Mirim estamos brigando para que tenhamos meios de transportes para diminuir o tempo de 2 ou 3 horas no mínimo que ficamos enroscados lá. Vocês não imaginem como é difícil. Conseguimos, depois de tanto tempo, aprovar nesta Casa a via ponte baixa, onde morreram quatro pessoas e parou no Verde.

O Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Eduardo Jorge, parou uma licença ambiental onde o córrego é podre, o atual ponte baixa é podre, só para a melhoria da calha – o que é calha? Abrir o córrego e canalizar, não ter mais enchentes e mortes. Ele emperra, senta em cima, de uma licença ambiental há mais de um ano.

Mais uma árvore do Shopping Higienópolis foi arrancada em oito dias. Uma licença do Shopping (Ininteligível) – os jornais denunciaram. Essa pergunta eu não vou fazer para ele. Ele veio aqui uma vez, jogaram um monte de confete, e eu não joguei, para eu me reservar o direito de oportunamente saber por que uma licença, para o shopping dos ricos, sai da noite para o dia – para remoção de árvore. Até hoje ninguém explicou como é que consegue fazer isso. Mas para o Ponte Baixa, onde tem a concorrência, tem o dinheiro federal – não é nem do Tesouro Municipal – para nós iniciarmos as obras – o Secretário Rubens Chammas, num trabalho enorme, ajudou, buscou esse dinheiro. Foi uma luta terrível para buscar esse dinheiro para fazer uma obra que é entendida como prioridade. Dá para entender por que o Secretário senta em cima da licença dentro do perímetro urbano da canalização de um córrego existe que, por natureza, já está todo arrebetado, sujo e poluído. A perspectiva é melhorar – ele não dá licença. Eu queria entender. É difícil. Há coisas que à razão foge. Eu queria entender o que

impede de fazer isso. Isso é um diálogo que vamos manter na Casa. Despeço-me com a vontade que tenho de chamar. Então, Odilon Guedes, imagine a vontade que eu tenho de trazer um secretário desses. Deus sabe a vontade. Um Secretário... que nós temos dinheiro, tem a licença, tem a empresa contratada. Está tudo prontinho. Num córrego que está podre. Podre. Marginal (Ininteligível) M'Boi Mirim, parte do problema. E não vem.

Ariovaldo, peço desculpas pelo desabafo que fiz aos presentes. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Bom dia a todos os Vereadores e demais cidadãos de São Paulo. Minha fala também estará direcionada ao debate sobre a questão da possível rodoviária da Vila Sônia.

Os Vereadores que agora escutam essa minha manifestação estão conhecendo o assunto nesse momento.

Abordamos o tema na primeira audiência pública para tratar sobre a proposta orçamentária. Os senhores também foram contatados, via email, por cidadãos preocupados com o assunto. No email foram colocados os principais pontos de contestação à rodoviária da Vila Sônia, assim como um convite para que nos receba em seus gabinetes para que o tema seja mais bem exposto.

Hoje, caros Vereadores, quero me manifestar como morador do Butantã e da Vila Sônia, porque, como morador da região do Butantã, me indigna ver na proposta orçamentária de 2013 verba destinada à construção da rodoviária no bairro, ao passo que outras áreas, como a saúde, educação, habitação e transporte público, bem mais importantes, ficam em segundo plano. Também me indigna e me espanta que seja proposta uma rodoviária na Vila Sônia, e que o trajeto proposta para os ônibus seja via Rodoanel e Raposo Tavares.

Srs. Vereadores, para nós que moramos na região do Butantã utilizar essa via, a Raposo Tavares, não é uma opção, é uma exceção, porque esta via está, na maior parte do tempo, congestionada. Pela manhã, o congestionamento chega a cobrir toda a extensão, desde o Caxingui até o Rodoanel – 11 km de congestionamento –, e cujo percurso leva cerca

de duas horas.

Não é possível, Srs. Vereadores, que a Prefeitura de São Paulo seja incapaz de realizar essa simples verificação. Esta Câmara, mais atenta à realidade da Cidade, já efetuou audiência pública em relação à mobilidade da Rodovia Raposo Tavares, através de convocação feita pelo Vereador Eliseu Gabriel.

Pois vamos continuar atentos, Srs. Vereadores, e impedir esta obra. Está evidente que se trata de uma ideia desatualizada e de um projeto mal concebido que, para justificar, nada leva em conta, além de uma conexão com a Estação Vila Sônia do metrô. Mas, se é assim, as rodoviárias da Barra Funda e do Tietê não só fazem conexão com o metrô, mas também como terminais de ônibus e linhas da CPTM. Tem estruturas historicamente trabalhadas para isso, e nas quais foram investidos muito tempo e dinheiro do Município, e hoje operam abaixo de sua capacidade. É altamente questionável a construção de outras rodoviárias. Com todo esse fluxo de veículos e pessoas – cerca de 28 mil pessoas por dia –, de acordo com reportagem na *Folha de S.Paulo*, do dia 8 de junho de 2012, a Prefeitura não vai ajudar, não vai desenvolver, vai, sim, dar um nó e estrangular o sistema viário do entorno do parque da Vila Sônia e do metrô. É o caos programados, e as desapropriações multiplicadas, alagamento das ruas do Jardim Peri Peri e outras.

Vamos acordar. Ainda há tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Sr. Presidente, eu estou vendo que os representantes do Movimento estão fazendo a leitura do papel. Eu gostaria que pudessem pegar esses documentos que vocês estão lendo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já pedi, Vereador Dalton.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Embora tenha nas notas taquigráficas, podia tirar cópia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, eu já pedi que todos acostassem.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Eu não ouvi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixe-me conduzir. Tem a palavra o Sr. Mauro.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quem é o relator do Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Wadih Mutran.

(NÃO IDENTIFICADO) – E ele não está presente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURO D'ADDIO – Bom dia, Vereadores, Secretário. Felicito-os pelo final de mandato. Espero que deixem um belo legado para o próximo ano, para a próxima gestão e para o próximo mandato. Eu gostaria de falar para vocês, Vereadores, então, se puderem prestar atenção, eu agradeço.

Eu represento a Associação Brasileira de Documentaristas e Curtametragistas; sou o cineasta Mauro D'Addio. Tivemos um longo processo, batalhando um orçamento melhor para o audiovisual. Temos uma rubrica de fomento ao audiovisual, que tem sido sistematicamente diminuída. A gente estava num processo de aumento do orçamento. Ano passado, tivemos um corte, batalhamos aqui nessa Câmara, batalhamos junto ao Secretário, junto ao Vereador Milton Leite, Relator à época. Tivemos uma emenda proposta pelo Presidente da Câmara, o Vereador Police Neto, para tentar corrigir esse erro. Conseguimos, após muita luta no ano passado, elevar o orçamento destinado ao audiovisual, e, de novo, este ano, temos a surpresa de um novo corte. De novo, não atingimos o patamar do ano passado. Estamos com praticamente metade do que foi investido no ano passado, e queremos reverter essa situação.

Contamos com os senhores para entender a emergência disso, a necessidade de se investir em economia criativa, se investir em cultura. Temos o pessoal do teatro também. A gente sabe que a cultura é sempre um lugar onde se vê a possibilidade de diminuir orçamento, sendo que a gente precisa aumentar. Temos que entender que é um setor estratégico, simbólico, que representa a cidade para a cidade, para fora do país. Serve para gerar empregos em diversos setores – turismo, gastronomia, a cultura está interligado, contrata

atores, músicos, *designers*. É um setor vibrante, que precisa de incentivo.

Com o orçamento que a gente na cidade de São Paulo, a gente investe menos da metade do que o Rio de Janeiro investe no setor, do que a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro – que hoje está até se remodelando como secretaria de economia criativa –, investindo mais do que o dobro do que São Paulo investe. E isso é inaceitável. Se a gente quer mostrar São Paulo para o mundo, se a gente quer propagar o que a gente tem de melhor, a gente precisa invadir as telas de cinema, as telas de televisão, de computador, de celulares. Então a gente precisa tornar vibrante essa economia.

Temos aqui uma carta, que vai ser encaminhada, e que já foi encaminhada ao Vereador Police Neto, com quem a gente espera poder contar novamente este ano. Não estamos fazendo nenhum trabalho partidário – somos apartidários. A gente quer fazer um trabalho pela cidade de São Paulo, pelo setor criativo, da cidade de São Paulo. A gente entende a emergência desse investimento, e a gente conta com o apoio de vocês para viabilizar isso. Vamos formalizar, vamos fazer tudo dentro dos caminhos naturais, que a gente já conhece, mas a gente não quer ter essa surpresa. Queremos tornar perene esse investimento. Perenizar esse tipo de raciocínio de valorização da cultura e da economia criativa como um todo, e, em especial, do setor que eu estou representando neste momento, o setor audiovisual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero registrar a presença da Vereador Juliana.

O SR. RUBENS – Bom dia a todos os presentes, ao Vereador Milton Leite. Eu sou da Associação Paulista de Cineastas, que reúne os principais realizadores e produtores de cinema aqui de São Paulo – profissionais como Fernando Meirelles, Tata Amaral, Cao Hamburger –, e vou, um pouco, fazer um coro ao que o Mauro já falou e já apresentou tão bem.

São Paulo hoje está indo na contramão das principais cidades do país. Não só o Rio de Janeiro, mas a cidade de Recife tem o orçamento maior para cinema, audiovisual e teatro do que São Paulo. Paulínia tem o orçamento maior para o cinema do que São Paulo. Historicamente a gente tem visto isso sempre se apregoado. É o maior Orçamento da história da cidade de São Paulo. Tudo cresce e o orçamento da cultura sempre é cortado.

Neste momento, estamos passando por um processo histórico muito importante, que foi a aprovação da Lei do Cabo. Pela nova lei das TVs a cabo há hoje uma cota, uma quantidade mínima necessária para as televisões apresentarem produto audiovisual brasileiro, conteúdo nacional. Enquanto as outras cidades estão fomentando essa produção, essa demanda necessária para a televisão, São Paulo está se retraindo. Isso a gente não pode aceitar.

Como o próprio Mauro falou, a cultura hoje é uma das principais indústrias limpas que existem no mundo em termos de geração de empregos diretos e indiretos. Precisamos ocupar esse espaço.

Nesse documento que estamos encaminhando ao Relator do Orçamento, Vereador Milton Leite, tem uma proposta de aumento dessa verba e como seria destinada. É muito importante, porque audiovisual não é só cinema. Audiovisual é cinema, televisão, série de televisão, documentários, animação, conteúdo pela internet, conteúdo pelo computador, conteúdo pelo celular. Enfim, é uma indústria enorme que está aí. Em todas as grandes cidades do país estão sendo fomentadas e em São Paulo está se retraindo.

Estamos anexando e encaminhando esse documento e espero que seja lido com cuidado e agradeço o espaço aqui conferido.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só uma sugestão, sempre que entregarem documento para qualquer pleito que seja, financeiro, de ordem de verba, é importante que indiquem que a verba saia daqui e vá a tal lugar ou qual a demanda, porque verba vocês

precisam, mas que valor necessitam? Porque a Câmara aqui agora tem um processo dinâmico e rápido daqui para frente. O que seria? Tirar dinheiro daqui e botar ali. Tira de cá e bota acolá. É uma locação de recursos. De onde tiram vocês não indicam, mas dizem: “Olha, preciso de tantos milhões para isso.” Se de repente, a Comissão não consegue tirar de um local e colocar tudo, pelo menos atende em parte. É sempre importante – e insisto nisso – que todo documento entregue à Comissão esteja assinado por alguém.

Não posso dizer que o setor “a” ou “b” daquele segmento da sociedade civil entregou um documento sem assinatura. Pode transparecer que é uma vontade do Vereador e não daquele que veio se manifestar. Esclareço que é importante sempre que façam por escrito e assinem. Aqueles que entregaram documento, de uma maneira ou de outra, vou assinar a emenda e apresentá-la. Caberá à Casa acolhê-la ou não, mas as apresentarei assinadas por mim junto à Comissão. Faremos constar no Relatório de uma maneira ou de outra. Se o plenário destacar, que retire, mas vou apresentar, não há nenhum problema. Cumpriremos a nossa parte. Por conta da transição, caberá à gestão futura, com os 15% que tem, dizer que quer cumprir ou não. Um de vocês, em diálogo com a sociedade e o novo Governo, poderá dizer se haverá ou não a possibilidade do cumprimento do todo. É isso.

Tem a palavra o Sr. Arthur Massuda.

O SR. ARTHUR MASSUDA – Bom dia a todos. Estou falando em nome da Rede Pela Transparência e Participação Social sobre georreferenciamento do Orçamento. O Airton está distribuindo o documento a vocês. A gente não está discutindo a locação de recurso, mas sim a forma de divulgação do Orçamento.

A Lei Federal de Acesso à Informação Pública 2.527 de 2011 obriga que o Governo divulgue a informação de uma forma de fácil compreensão. É uma forma de garantir o direito de liberdade de expressão, de as pessoas compreenderem aquela informação e poderem ter uma opinião sobre o Orçamento. Há também a questão da participação e do controle desse processo.

A divulgação e a fácil compreensão da Lei de Acesso à Informação é uma obrigação. Especificamente estamos pedindo para que seja possível localizar em território os programas e ações governamentais, porque isso contribui para a visibilidade e entendimento do Orçamento. Em vez de haver um chamado para as pessoas discutirem a LDO, a PPA, a LOA discutiríamos a questão da Rodoviária, de uma obra e um terreno. Fica muito mais fácil para a comunidade entender o Orçamento quando vir no território dela a locação de recursos. Essa informação já existe e estamos pedindo apenas para que seja divulgada para permitir essa apropriação da população das obras e investimentos públicos.

Não é uma questão de sexo dos anjos. Existe o direito de acesso à informação pública que precisa ser cumprido. É uma questão que amplia a participação e o controle social, a democracia e incentiva práticas colaborativas. Esta Casa já recebeu o Hackathon com uma série de *hackers* que trabalharam na Câmara Municipal. O que se busca é continuar com essa prática colaborativa divulgando o máximo de dados possíveis, inclusive sobre o Orçamento. Isso permite que organizações locais tenham melhor compreensão na sua atuação e possam colaborar com as políticas públicas. Coloca a lógica do compartilhamento da informação, a lógica da sociedade da informação.

Basicamente estamos pedindo é que a Câmara Municipal entre para o século XXI e já referencie os seus dados e a Prefeitura também para estimular a participação e ampliar a democracia.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Airton.

O SR. AIRTON – Bom dia a todos. Também estou falando em nome da Rede Pela Transparência e Participação Social. Secretário, gostaria muito que o senhor lesse essa carta que estamos encaminhando. É uma carta aberta da sociedade civil entregue a todos. São organizações da sociedade civil que atuam para ampliar a transparência e a participação do cidadão na discussão das políticas públicas e também na questão do Orçamento.

Foi abordada pelo Artur a questão do georreferenciamento, ou seja, o cidadão tem o direito de saber do Orçamento o que será feito na sua região, quais serão os investimentos e as ações do Poder Público. Isso os estimulará a participar.

Quero dizer aos vereadores que temos participado de grande parte das audiências públicas do Orçamento nos últimos anos e temos estimulado as pessoas a virem aqui. Divulgamos as audiências no portal da Rede Nossa São Paulo e estimulamos as pessoas a virem apresentar suas demandas, colaborar com a Câmara para que a mesma saiba o que a população deseja.

Agora, os Srs. Vereadores também precisam fazer a sua parte para estimular o cidadão. Hoje, por exemplo, muitas pessoas que chegaram um pouco depois não puderam se inscrever para falar numa audiência pública, gente! (Aplausos) É pública ou não é, certo? Então, é importante que os vereadores façam a sua parte. Nós queremos contribuir e essa carta foi elaborada no sentido de contribuir com a Câmara. Nós viemos aqui e estimulamos a participação de cada um, mas os vereadores também precisam ajudar.

Sou cidadão e moro na Cidade Ademar. Nós desistimos, são quatro anos pedindo as mesmas coisas. Ou não colocam no Orçamento ou colocam com valor simbólico de um real e aí o Prefeito vai fazer com um real o que ele quiser.

Nós, da Cidade Ademar, já propusemos uma vez que os Vereadores pegassem duas demandas importantes de cada região e incluíssem no orçamento com o valor real, e depois cobrasse da Prefeitura a execução. Isso vai estimular as pessoas a virem, porque senão as pessoas vão se desestimular porque vêm e não acontece nada.

Então, por favor, Vereadores, estou pedindo em nome dessas entidades, primeiro que o orçamento seja georreferenciado. Segundo, que as audiências públicas sejam realizadas, não como aconteceu este ano, em que nem tivemos as audiências públicas temáticas e regionais.

Por último, como muitas pessoas não puderam falar, tenho de perguntar uma coisa

em nome dessas pessoas. Queremos saber a posição da Comissão de Orçamento frente aos ofícios que denunciam o desrespeito à deliberação do Conselho da Assistência Social quanto à aprovação do orçamento. Não sei se o senhor teria uma posição, mas seria importante que depois conversasse com o pessoal da Assistência Social para responder essa demanda. O Conselho da Assistência Social propôs um orçamento e o valor que está sendo debatido aqui é menor do que o valor proposto pelo FAS.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Regina.

A SRA. REGINA – Bom dia a todos. Meu nome é Regina, sou aluna da Escola Técnica do SUS e lá está sendo realizado um curso de técnico em vigilância e saúde. Esse técnico irá trabalhar com a população, no território, com levantamento de determinantes de riscos e vulnerabilidades.

Hoje sabemos que a Saúde não trabalha intersetorialmente e nem com profissionais multidisciplinares. Trabalha só ali dentro da Saúde, não se conversa dentro da Saúde. Então esse profissional virá para conversar, para fazer essa intersetorialidade. Por exemplo, se é feita uma campanha dentro da Saúde mesmo, não se conversa. Vou falar da Campanha de Vacinação Anti Rábica, a Atenção Básica nunca fica sabendo, dentro do território, o que está acontecendo. Não se convoca a população e nem a Atenção Básica para discutir aonde vai ser realizada a campanha. A dengue da mesma forma. A Saúde só trata dentro da Saúde. Não fala com a Educação, com o Verde, com ninguém.

Então esse profissional virá para promover isso. Chamar a participação popular e decidir, dentro de um território, quais são as necessidades. O território de Moema não é igual ao território da Brasilândia, então não podem ter as mesmas ações. Esse profissional está sendo formado para isso, só que esse cargo de técnico em vigilância e saúde não existe. Vim pedir hoje para que vocês consigam incluir, como rubrica, a previsão da criação desse cargo.

Esse técnico será formado no final do próximo ano e a Covisa, através da

Executiva, vai enviar a criação do cargo e depois vamos lutar para isso, solicitar aos Vereadores a criação do cargo, porque a importância desse profissional é grande. Hoje não existe a conversa entre as secretárias para falar de saúde, esse assunto fica restrito dentro da Secretaria de Saúde.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Insisto naquilo que falei em outras audiências, que seja encaminhado por escrito, o que facilita muito o nosso trabalho.

Tem a palavra a Sra. Vanessa.

A SRA. VANESSA – Bom dia a todos. Caros Vereadores, Presidente Milton Leite, caros representantes de movimentos, estivemos aqui no dia 26 de novembro, representando as crianças e famílias com quem trabalhamos. Voltamos. Hoje viemos reforçar a nossa mobilização. Somos do PIA – Programa de Iniciação Artística, representamos mais de 68 artistas e educadores e atendemos mais de oito mil pessoas, entre crianças e seus familiares.

Somos oito mil e temos potencial para sermos muitos mais. Há muita demanda. Dos 17 equipamentos atendidos pelo programa, CEUs e Biblioteca – 80% estão na periferia de São Paulo. Pertencemos assim como o Vocacional, nosso parceiro de programa, às Secretarias de Cultura e Educação, mesmo não havendo rubrica própria para esses dois programas, na Pasta de Educação, até hoje.

Queremos também o fortalecimento do orçamento da Cultura. Essas são algumas das nossas reivindicações, emendas entregues aos senhores aqui presentes. Viemos para reforçar uma proposta de construção de uma cidade inclusiva, em que haja oportunidade para crianças, principalmente da periferia, iniciarem-se artisticamente nas linguagens integradas do teatro, música, dança e artes visuais. Esperamos que juntos possamos propiciar um espaço de experimentação poética, valorizar o acesso à cultura e ao espaço público, e o entendimento da cultura como direito, favorecendo a participação ativa da comunidade.

Contamos com vocês para construirmos uma cidade mais democrática e um

exemplo de arte educação para todo nosso país.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fica indicado ao Presidente. Nós vamos responder. Vanessa, o que você pleiteou está na minha mão. O que havíamos acordado é que vocês procurariam o Vereador José Américo para encaminhar. Se não o fizeram, darei prosseguimento. O que ficou acordado na última audiência - recordo-me claramente - é que vocês procurariam o José Américo para encaminhar essas questões.

Na ausência da manifestação do Zé Américo ou de vocês todos, vou acolher o que foi encaminhado e vou tocar para frente. Não tenho mais tempo. Só para esclarecer.

O SR. DALTON SILVANO - Aproveitando este ensejo, outro orador da Cidade Ademar falou que quando se incluía uma emenda no orçamento, através de um Vereador ou através da Comissão de Finanças, e se ficar – tenho experiência, 16 anos nesta Casa – esperando que a obra, o projeto ou o programa vão sair, não vão sair. Não é que eu queira valorizar a figura do Vereador, mas já valorizando, tem de correr atrás. A estrutura da Prefeitura é complexa, lenta, morosa e para que saia um projeto, obra, ou até para que saia o equipamento de ginástica para a terceira idade você tem de correr atrás, porque tem licitação e etc.

Então não basta só incluir a verba no orçamento. Há também a necessidade de logo no início de fevereiro ir buscar para que aquela emenda seja cumprida, seja executada, através de Vereador, da própria associação ou da própria ONG. É assim que funciona tudo.

A SRA. VANESSA – Nós procuramos o José Américo e o Donato.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na área de Cultura, parte artística, tudo o que ele me pediu em outros anos em que foi relator, eu incluí na peça orçamentária, a pedido do Vereador José Américo, que tem grande atuação nesta área. Ele solicitou e eu acolhi tudo aquilo que me foi dito.

Sugeri que vocês os procurassem, caso isso não chegue a tempo, vou dar

prosseguimento da mesma forma. Ele, há alguns dias, me disse que houve um contato com uma pessoa da Cultura, não citou quem, mas tenho prazos agora. Então ele tem de dizer o que pretende e nós vamos acolher. Se ele não apresentar vou tocar o documento da forma como vocês estão encaminhando à Mesa.

Tem a palavra o Sr. Pedro Felício.

O SR. PEDRO FELÍCIO - Bom dia a todos. Então, Presidente, procuramos o Vereador José Américo, também o Vereador Donato, que nos dão apoio jurídico para pensar nossas propostas e elas estão encaminhadas junto ao Vereador e chegarão às suas mãos em breve, se já não estão por aí.

Queria dizer que estou aqui para fazer defesa de programas, porque aqui é uma audiência pública. Estou representando então, mais ou menos, 200 artistas orientadores do programa e mais de 3.500 alunos atendidos diretamente, os vocacionados, que a gente chama, além dos onze mil cidadãos, público e famílias dos alunos. E isso somado aos demais dados, atendemos, hoje, precariamente diante do programa que desenvolvemos ao longo dos anos, são 26 mil cidadãos atendidos de maneira continuada ao longo do ano todo. Não atendemos 26 mil pessoas de maneira inventiva, é toda uma formação de caráter estético, ético e crítico.

A nossa defesa então é que esta Casa possa ajudar na consolidação dos programas através de rubrica, de emendas. Na verdade, a rubrica da Secretaria de Cultura não é de aumento orçamentário, é guarda-chuva, é para unificar os gastos que hoje são feitos na Secretaria de maneira desorganizada, não dá garantia quanto à continuidade dos processos.

Lembrando o que eu disse dia 26, nesta Casa, que o programa acontece em 69 equipamentos públicos de educação e cultura e em mais quatro aldeias indígenas da cidade de São Paulo, e acontece até de uma maneira bastante específica, incluindo, abrindo o diálogo com essas comunidades. Inclusive, um dos artistas-orientadores do programa é da etnia guarani, formou-se dentro do projeto vocacional.

Essa formação artística para a cidade, começamos a pensar agora ao abrimos a

rubrica, esta Casa está começando a pensar uma política pública de verdade, uma formação artística para a cidade. Não é uma série de projetos que não terminam ou sequer começam, mas uma política pública que inclua de verdade o cidadão com a Cultura, que pense um projeto de pesquisa continuado. Junto com as leis de fomento aprovadas por esta Casa, esse é um processo fundamental para garantir a cidadania artística do cidadão de São Paulo.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra Patrícia Rodrigues.

A SRA. PATRÍCIA RODRIGUES – Bom dia a todos. Sou Conselheira Municipal da Juventude. Vim aqui defender algumas emendas que o Conselho Municipal apresentou na primeira audiência pública ao Vereador Milton Leite, e esperamos que sejamos contemplados.

Ao contrário do Governo Federal em que as políticas públicas da juventude avançaram muito, na cidade de São Paulo só houve retrocesso. Em geral, a política pública para a juventude em São Paulo é o tratamento pela repressão, pela criminalização, é um descaso com a juventude de São Paulo.

Para ter uma ideia, a coordenadora da juventude está alocada na coordenação da Participação e Parceria, sem capacidade de diálogo com as outras Secretarias, que executam projetos que impactam direta ou indiretamente com a juventude, sem orçamento e sem a possibilidade de poder acompanhar o que está acontecendo com a juventude de São Paulo.

Nesse sentido, apresentamos dez emendas que pretendemos sejam contempladas no Orçamento de 2013. Uma delas é a Estação da Juventude. O decreto que regulamentou a Lei Estação da Juventude se deu em 2005 que previa a construção de cada uma delas em cada subprefeitura. Sete anos depois, temos apenas uma Estação da Juventude construída. Pedimos então orçamento para a construção de, pelo menos, duas Estações da Juventude em 2013.

Estamos pedindo também a ampliação do que foi destinado para a última

Conferência Municipal da Juventude, um Orçamento para que ela possa ser realizada em etapas regionais, ampliando assim a participação popular da juventude e a construção de algo dentro de políticas públicas que precisamos em São Paulo.

Também pedimos ampliação do Orçamento para o Bolsa-Trabalho, para a realização de duas Casas de Cultura porque a lei de 92 previa a construção da Casa Matarazzo, que até hoje não foi feita, queremos essa e mais uma numa região que julgamos necessária, por exemplo, na zona Sul.

Estamos pedindo também aditivo para a lei do VAI-1, para contemplar mais grupos e indicação de rubrica para a criação do VAI-2, que nós, do conselho, já apresentamos projeto de lei porque o VAI 1 já tem determinados grupos e eles só podem se inscrever duas vezes. Depois, quando termina o projeto, o que acontece com os grupos da periferia? Eles não tem para onde ir! Então, o VAI-2 visa contemplar os grupos que saem do VAI-1. Estamos pedindo a rubrica para isso.

Pedimos também para a criação do Portal Virtual da Juventude e para consolidação e construção de um mapa para a juventude, sem o qual não conseguimos realizar um Plano Municipal de Juventude. Precisamos saber o que a juventude pensa, quais são as suas necessidades, o perfil por gênero, raça e etnia. Estamos pedindo que as nossas emendas possam ser contempladas.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo que foi encaminhado por escrito já está pronto, na forma de emenda, vou assinar e submeter ao Plenário. Eu sou um voto nesta Casa, tudo vai ser incluído no relatório. A minha vontade é, nós vamos colocar no relatório. O que caberá à Câmara é excluir porque eu vou fazer constar.

O SR. FLORIANO PESARO – Pela ordem. Só para esclarecer sobre a reivindicação do Conselho de Juventude, que foi apresentada pela Patrícia, afirmo que foram feitos pela Comissão da Criança, do Adolescente e Juventude, foi encaminhada ao relator do

Orçamento, na última sexta-feira foi protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos aos últimos inscritos: Cleide, Ana, Lourdes, Edicléia, Maria e Antonio Nazareno, de Heliópolis. Pediria que todos se posicionassem para que o Secretário, em seguida, proceda às respostas.

Cleide, por favor.

A SRA. CLEIDE – Prezados Vereadores, Secretário Rubens Chammas, agradeço pela oportunidade de estender à participação popular, estamos nesta Casa para contribuir.

Saúdo também os amigos da Vila Sonia, demais companheiros da Frente Parlamentar, um fórum suprapartidário da Nossa São Paulo, meus agradecimentos pela presença e participação de vocês.

Vereador Milton Leite, o senhor disse que é um voto só na Casa. Estou solicitando o voto da Vereadora Juliana Cardoso, Floriano Pesaro, Paulo Frange e Dalton Silvano para fazer uma reivindicação, é uma solicitação de orçamento para a Guarda Civil Metropolitana. Precisamos, Vereador, aumentar a verba porque se o senhor comprar a rubrica Segurança Urbana, houve diminuição no valor de 41 milhões. No exercício de 2012 o valor aprovado foi de 371 milhões e não foi suficiente para a Guarda Civil desempenhar o seu papel. Dentro das atribuições eu me identifico como ex-conselheira de metas de 2012 – agora já foi eleito um novo conselho. Eu reivindiquei nas reuniões a implantação de metas para a Segurança. Então, são oito mil e tantas câmeras, a contratação de mais dois mil guardas metropolitanos, 100% das viaturas e só 50% dessas metas foram cumpridas. A atribuição da Guarda Civil Metropolitana aumentou, a responsabilidade dela determinada pelo Secretário e pelo Prefeito, ela está em fazer a segurança dos mananciais, de preservação ambiental, coibir descarte irregular de lixo e entulho, combate à pirataria, patrulhamento de ronda escolar, fiscalização do lixo, moradores de rua, mediação de conflitos... São muitas as atribuições e eu não vejo uma preocupação com um orçamento maior para poder ter esse desempenho, visto que estamos em uma onda de violência e a Guarda Civil é aliada, é protetora da desordem urbana.

Sabemos que na região tem o controle, ordem, fiscalização e tem de ter um aumento, um acréscimo de, pelo menos, 11%.

Aproveito a presença dos amigos da Vila Sonia – eles não querem a rodoviária – e nós temos 25 milhões – se não me engano – que está aí. Gostaria que o senhor pudesse encaminhar esses 25 milhões para a Guarda Civil. Já seria uma ajuda.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cleide, o Secretário fará uma análise, examinará o Orçamento como um todo, se houve investimento, se houve baixa na parte salarial, o que há exatamente. O Secretário vai se manifestar, verá o que ocorreu no Orçamento na parte salarial, se houve investimento ou cumprimento para ver se haverá alteração na composição orçamentária. O Secretário assim o fará.

Tem a palavra a Sra. Irene.

A SRA. IRENE BATISTA DE PAULA – Estou como Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Viemos aqui para registrar o nosso pleito, para que a Casa entenda quais são as necessidades dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, inclusão através da emenda 424/12 no Orçamento que inclui as reivindicações do funcionalismo público do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A manifestação que a senhora faz, neste momento, foi dialogado com o atual Governo? Houve uma Mesa?

A SRA. IRENE BATISTA DE PAULA – Todos os momentos! Tivemos, inclusive, paralisações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Caberá manifestação do atual Secretário, e aí sim teremos referência do que foi aglutinado pós esta Mesa e o que esta Casa poderá fazer.

Pode continuar, por favor.

A SRA. IRENE BATISTA DE PAULA – Também a reposição da inflação de maio

de 2012 a abril de 2013, no índice de 6,36%; reposição das perdas salariais de janeiro de 2005 a 2012 com índice de 46,51% do IGP-DIEESE; aumento de 5% na verba destinada ao pagamento de precatórios por que, o que acontece? Todas as nossas reivindicações de reajustes salariais, que a gente não consegue, transformam-se em ações judiciais. Acabam, depois, trazendo o dinheiro da Prefeitura àqueles que ganham as ações. Em algum momento isso tem que diminuir de forma a ampliar a aceleração do pagamento das dívidas trabalhistas. Temos uma dívida trabalhista, o Município de São Paulo, nós temos essa dívida.

Também a extensão das gratificações aos profissionais em setores que estão excluídos da atual política de gratificações. Alguns ganham gratificações, outros não ganham e eles executam a mesma tarefa, a mesma jornada trabalhista.

Isso é o que mandamos a esta Casa, hoje, enquanto ainda sou Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que tem um papel a cumprir, que é mandar a esta Casa a reivindicação dos trabalhadores, todas as perdas que os trabalhadores estão tendo, servidores públicos, neste período, neste Governo, principalmente neste governo. Nós queremos que seja repostos, que seja reconhecido enquanto direito dos trabalhadores.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A próxima inscrita é a Lourdes.

Antes, esclareço a Irene, pois tem um fato novo na questão dos precatórios que pode atingir os funcionários. Um advogado, e não estou com dados aqui, entrou com pedido de 193 milhões de precatórios e isso atinge vocês.

Vou pegar mais alguns dados aqui e vou falar, enquanto a Lourdes fala.

A SRA. _____ – A Lourdes cedeu o horário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Com todo respeito, é o que está escrito. Uma sessão para a presidente, tudo bem.

A SRA. _____ – É que ela cedeu para mim porque vou fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está cedido.

A SRA. _____ – Pedi para segurar um pouco, porque vou fazer um pedido à mesa, que diz respeito a questão da forma como foi chamada esta audiência.

Houve um problema, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar bom dia, desculpe.

Houve um problema na convocação desta audiência pública, no *site* constava 11h e, por telefone e na portaria, constava 10h. Com isso, eu mesma cheguei atrasada, e só consegui a confirmação às 10h. Isso causou atraso.

Estamos fazendo a reivindicação para reabrir as falar, porque muita gente chegou atrasada e está sendo prejudicada. (Palmas)

Haja vista, a companheira dos idosos que subiu comigo, por conta disso.

Gostaria de fazer essa reivindicação à mesa, em virtude da confusão do horário entre o *site* e a realização da audiência.

Gostaria que voltasse o tempo por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Pode utilizar o seu tempo de três minutos.

A SRA. _____ – Gostaríamos que esta gestão legislativa pautasse a questão dos 155, que é a reposição da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vamos tentar manter um diálogo, já lhe dei a mais. O 155 está na mão do Vereador Francisco Chagas, do PT, para relatar o processo.

A SRA. _____ – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Esta Casa não pode prosseguir sem que o Vereador Francisco Chagas dê o seu parecer. Informe-se com ele.

A SRA. _____ – Este Orçamento, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Só para esclarecer: o 155, senão ficam abertas as questões e uso um tempo necessário para fechar esse diálogo.

A SRA. _____ – OK.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Mas só encerrando o 155 que trata de

aumento. Indiquei o Vereador Francisco Chagas, do Partido dos Trabalhadores, como relator, porque já havia um bom diálogo de vocês com ele para que relatasse a Peça.

Pode prosseguir, agora.

A SRA. _____ – Só que este Orçamento comete o mesmo erro. Ele não traz no seu bojo a questão do aumento salarial do funcionalismo. O que é um erro muito grande, porque até qualquer dona de casa presente sabe muito bem que quem tem funcionário, seja empresário, ou uma simples dona de casa, já faz o cálculo do aumento dos seus funcionários para o ano que vem. No mínimo a reposição da inflação. E isso não consta no Orçamento da maior cidade.

— Ou seja, o Secretário, me perdoe, não colocou no Orçamento a questão da reposição da inflação para os servidores e empregados públicos da cidade de São Paulo, o que é uma irresponsabilidade. Está jogando o ônus no colo do próximo prefeito, o que não é correto. Não é correto conosco, funcionários públicos, nem com os munícipes que pagaremos a conta no final da gestão.

Temos de ter a colaboração da Câmara para que isso não possa ocorrer. Não é possível o Orçamento, da maior cidade do Brasil, ir para votação sem prever o aumento salarial, nem sequer a reposição da inflação. Novamente vamos ter o Orçamento desta forma.

Como munícipe eu protesto, porque foi previsto o aumento do IPTU. Vou pagar com aumento, quero que os meus funcionários e os servidores que prestam serviços a mim, munícipe, tenham o seu devido aumento como todos os trabalhadores do País, previsto constitucionalmente.

- Presidente faz soar a campainha.

A SRA. _____ – Não é possível que esta Casa seja, outra vez, omissa e copartícipe desta vergonha, que é não prever o aumento constitucional dos trabalhadores deste município.

Outra coisa é a mudança da lei, temos várias vezes falado a esta Câmara que tem

de mudar a lei. Seria uma ótima colocação da Câmara que está saindo mudar a lei e mostrar que ela é uma Câmara responsável e preocupada com a questão do funcionalismo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vou responder à Irene daqui a pouco e voltar a tocar em dois aspectos: do 155 e do famoso precatório que interessa muito a vocês do sindicato. É uma matéria perigosa, vamos debater um pouco esta questão Irene.

Estou tentando falar com o Presidente desta Casa, para tratarmos só deste assunto, precatório, porque atinge a todo funcionalismo.

É um advogado tentando auferir vantagens.

Edicleia, por favor.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Pode falar.

A SRA. EDICLEIA – Bom dia. É que o senhor estava falando com o José Américo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu estava cobrando dele a manifestação. Ele disse que vai falar ao microfone.

A SRA. EDICLEIA – Inclusive era sobre isso que eu ia falar, porque estivemos com o José Américo na quinta-feira, fizemos uma reunião.

Além do Piá, como já foi dito, estou reforçando a importância desta emenda, e também estou falando em nome Programa Vai, do Fomento ao Teatro, Fomento à Dança, que teve um corte um milhão. A Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas, que nem tem rubrica própria.

Estou reforçando a importância dessas emendas para toda a Cultura.

A maioria de nós pertence à Cooperativa de Teatro, que tem mais de quatro mil cooperados, são mais de 80 mil empregos. Essas emendas já foram enviadas, fizemos a nossa lição de casa, por isso contamos com a ação dos senhores, neste sentido.

A aprovação dessas emendas que corrige o Orçamento constitui um avanço no pensamento cultural da Cidade e reconhece a formação cultural e a sua importância.

A ampliação e manutenção de programas dessa envergadura legitima uma ação cultural emancipadora, que ocorre nas periferias até o Centro, de forma democrática, englobam todas as faixas etárias: o Piá é a partir dos cinco anos; o Vocacional, 14 anos até perder de vista.

Contamos com a sensibilidade dos senhores para que esta mudança ocorra agora, neste ano. É fundamental.

O Vereador José Américo está presente, vamos acompanhar tudo e estaremos em peso na segunda-feira para votação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Bem, peço aos que me solicitaram, abrirei mais duas inscrições ao final, para dois sindicatos. Tenho limite de horário meu e da Comissão.

Pode falar Laerte Brasil. Desculpe, tinha pulado o seu nome, por isso é importante a inscrição. A gente erra e procura corrigir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Vou fazer uma recomendação ao senhor: qualquer acusação que destoe da realidade, que não seja proposta, mas ofensa moral, vou pedir que o senhor se contenha, sou respeitoso, mas qualquer...

O SR. LAERTE BRASIL – Não faço ofensa moral, falo a realidade. Eu investiguei, descobri, saiu no Ministério Público e vou denunciar à população em 2013. Isso é um fator.

O senhor disse que todo mundo está comemorando de preto e branco. Sei que o Corinthians é um grande clube, ele não tem nada a ver com isso. Mas enquanto o Corinthians está comemorando o Itaquerão,...

O SR._____ - É o Fielzão.

O SR. LAERTE BRASIL – Seis mil famílias, que deixaram suas residências por uma famigerada indenização de cinco mil reais, estão morando embaixo de lonas. Gastam-se bilhões na construção do Itaquerão e essas famílias, com crianças, estão morando embaixo

das lonas no entorno do estádio. São seis mil famílias e 859 desapropriadas. Isso é resultado de um rombo de 23 bilhões(?) do Kassab junto com os colegas de gatunagem nas administrações, que estão saindo agora.

Mas vou me ater a outro fator. Esse Orçamento teria uma verba de 16 milhões para Fórmula *Indy* e está em outra Secretaria. Defendo a diversidade da verba do esporte para todo segmento. Não sou contra a Fórmula *Indy*, mas do jeito que ela está se forma até uma ação corruptiva(?). Destinar 16 milhões a outra Secretaria se torna patrocínio. Quero saber do Relator – que na está aqui – como essa verba foi parar em outra Secretaria. Isso gera, da forma que está, (ininteligível) e até um patrocínio público.

Era que tinha a dizer. Obrigado por ter me dado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Com a palavra, para uma questão de ordem, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Desculpe-me, Presidente. Sei que não sou dessa comissão, mas devido à questão do horário, acho que seria justo, pelo menos, o senhor abrir por segmento. Temos o pessoal da Assistência Social, que está querendo falar sobre a questão do Orçamento e os idosos. O pessoal da Assistência Social, por exemplo, não conseguiu se inscrever.

Então, estou pedindo que o senhor inclua, pelo menos, uma pessoa da Assistência Social do Fórum da Assistência. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, só fica faltando uma inscrição para a Assistência Social. O do Sindicato dos Engenheiros, já abri. Só vou abrir a última, encerrando pela da Assistência Social.

Com a palavra, o Sr. Nazareno, pela Heliópolis, por favor.

O SR. NAZARENO – O negócio aqui está desproporcional. Quero cumprimentar a Mesa e o Presidente Milton Leite. Quero agradecer ao Dalton Silvano, nosso Vereador, por ter cedido o tempo para mim, porque cheguei a tempo, mas estava em outra comissão, porque me

indicaram errado e olha que conheço bem aqui, imagine se não hein?

Quero cumprimentar o Floriano Pesaro, que foi Secretário de São Paulo da Assistência Social, dialogamos muito; a Vereadora Juliana e o José Américo, que nos conhecemos há muito tempo; o Vereador Paulo Frange e o Secretário.

Quero registrar que sou da Comunidade Heliópolis, a maior comunidade de São Paulo, com 195 mil habitantes. Sou da Unas, que é uma organização da sociedade civil que dialoga em várias frentes com o Poder Público e outras frentes da cidade de São Paulo.

Vimos pedir, Sr. Presidente, a inclusão de uma emenda no valor de um milhão de reais para um projeto chamado “Bairro Educador”. Ele já está em desenvolvimento e temos o objetivo de transformar nossa comunidade num Bairro Educador, já em desenvolvimento. Estamos com o objetivo de transformar a nossa comunidade num bairro educador, numa articulação escola-comunidade – porque entendemos que a escola e a comunidade estão distantes uma da outra. Defendemos uma escola sem muro, e isso não significa apenas sem as grandes, mas sem os muros que estão dentro das nossas cabeças, que é o mais difícil. Essas são as questões pelas quais temos lutado em nossa comunidade. Atendemos cinco mil crianças e adolescente por dia, em várias ações, com quase 20 mil atendimentos mensais – centro de tecnologia e atendimento jurídico.

Aqui, indicamos como órgão executor a Secretaria Municipal de Educação. Eu vi você pedindo para indicar onde tem de ser feita a emenda. Já estamos com duas emendas. E nos últimos dois anos temos realizado esse projeto – emenda dos Vereadores Chico Macena e Alfredinho.

Já conversei sobre esta emenda com o Vereador Dalton Silvano, que “nos referendou”; com o Vereador Donato, que, acho, deve ter falado contigo, ou, pelo menos, disse que ia falar – senão, vou puxar a orelha dele; e com o Chico Macena, com quem temos uma relação de mais de 15 anos.

Contamos com o voto de todos os Srs. Vereadores, que, com certeza, conhecem a

história de Heliópolis. Tem Vereador que só vai às comunidades... e alguns precisam de GPS para chegar às comunidades – isso é o mais grave.

A eleição acabou, e, quando isso acontece, nós temos de tomar a frente para construir uma cidade diferente. Foi assim que nós canalizamos dois córregos em Heliópolis, que, há 30 anos, o pessoal vivia em cima das fezes. É assim que temos traçado um caminho diferente para a nossa comunidade. Acho que é isso. E as disputas eleitorais têm que se dar no momento eleitoral, porque, depois, temos de somar forças, independentemente da discussão partidária, das divergências que temos, que são grandes. Por exemplo, Kassab vai estar na base do Governo Dilma, e, com certeza, o PSD vai estar na base do Governo Haddad. E essas são as correlações de forças que enfrentamos. Então, para transformar as comunidades, temos que ter um entendimento totalmente diferente, senão o povo vai continuar morando em cima do córrego e debaixo da merda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. João.

O SR. JOÃO – Obrigado pela oportunidade. Parabenizo por este evento democrático, que é muito bom para a Cidade, para todos nós.

Estou representando a Fasp – Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo – e também a Associação dos Engenheiros e Arquitetos Municipais de São Paulo.

Pela Fasp, nós pleiteamos a inclusão da verba, a exemplo que o Sindsep colocou, objetivando a reposição inflacionária e as perdas salariais de todo o funcionalismo, em observação ao art. 92, item 2, da Lei Orgânica Municipal – neste caso, muito mais forte do que a própria Constituição –, a lei local para instituir o reajuste. E a Lei Orgânica obriga a reposição salarial. E nisso já tem, inclusive, ações judiciais ganhas e que nós vamos ganhar. E não há necessidade disso. Eu acho que tem de ter um entendimento tanto da Câmara como o do Sr. ou da Sra. Prefeita, para atender a Lei Orgânica.

Estamos, há dez anos, sem qualquer reajuste salarial na maior cidade do país. E alguém disse aqui que, pagando os impostos, o contribuinte, a exemplo de qualquer (Ininteligível) quer atendimento com qualidade, e isso se faz com valorização e treinamento dos funcionários. E isso, na Prefeitura de São Paulo, há dez anos não se faz. É lamentável. Não entendo por quê.

E na questão da engenharia, Sr. Presidente, já entregamos um ofício para prever o orçamento para a reestruturação da engenharia e arquitetura municipal, o segmento tecnológico da maior cidade do País, responsável pela manutenção da cidade, e, lamentavelmente, não entendemos por que (palavra inaudível)... o setor tecnológico está tão desprestigiado nessa cidade. Vimos um documentário sobre Paris na televisão em que Gérard (?) foi convocado pelo Governo, no século XVIII, para reformular toda a Paris.

Se Paris é linda e proporciona a maior renda de turismo do mundo - e atrás disso vem a cultura, a educação e as artes - foi por conta de sua revalorização a custa da tecnologia. Então, faço um apelo para que se revalorize a manutenção da nossa Cidade, que deixa muito a desejar nas questões de trânsito, transporte, asfalto e tudo o mais. Por isso estamos muito desprestigiados. Precisamos prever no Orçamento essa revalorização.

Muito obrigado.

O SR. WLAMIR – Obrigado, Sr. Presidente da Comissão, por podermos estar aqui debatendo com os Vereadores na audiência pública. É importante sabermos das dificuldades de previsão desse Orçamento porque, como diz o Presidente, quem preparou é quem está indo embora e não vamos sentir falta porque os servidores, com a política salarial desse Governo, só vem recebendo 0,01%. E, quando vem a política de gratificação, exclui vários trabalhadores, como, por exemplo, os aposentados do nível básico e médio, e até mesmo universitários que estão prestando serviço à Prefeitura e não são contemplados. Daí somos obrigados a ficar com 0,01%. Porém, acho que é necessário que, no próximo Orçamento - como a Irene leu no documento - esteja prevista essa mudança de perspectiva, com a aprovação do PL 155.

Queremos que seja prevista a inflação para o próximo ano, que seja prevista a reposição das perdas de 46% - no período que foi lido aqui de 2005 a 2012 - e atendam a quem não recebe ainda as gratificações.

Com relação à questão dos precatórios, tive na audiência em que V.Exa. falou da ação judicial e, no nosso entendimento, se não ampliarmos a porcentagem que hoje está destinada, vamos ficar defasados. A fila dos especiais - que são os que estão acima de 60 anos e os doentes - está andando, porém, os da fila da ordem cronológica não andam desde 2001. Essa dívida vai ampliando e, agora, o Governo vem forçando para que os trabalhadores, por não terem uma perspectiva, negociem, abrindo mão de 50%. Começa a se fazer o pagamento, cria-se outra fila, na verdade, está-se criando uma terceira fila e vemos que não é possível esse diálogo.

Só para fechar, protocolamos essas reivindicações que a Irene leu, no dia 13 de dezembro, para podermos ter uma resposta da Comissão, do pessoal, e esperamos que seja prevista essa margem no próximo Orçamento para serem atendidas as reivindicações dos trabalhadores. Sem isso, vamos esperar mais um ano para ver o que acontece. Portanto, não dá para esperar mais um ano. Há 17 anos os servidores vêm recebendo 0,01% e há gratificação para alguns, para outros é negada. Essa política precisa mudar. O Orçamento de 2013 tem de prever essa parte para que possamos ser atendidos, ou, pelo menos, iniciar uma negociação que possa ser atendida.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou tornar público aquele documento que – eu já disse isso em alguns momentos – mas, vou voltar a mencionar: um advogado de nome Marcelo Gatti Reis Lobo conseguiu uma determinação judicial. Isso interessa a todo o funcionalismo, vou passar uma cópia a vocês. Ele conseguiu uma determinação judicial para que a Câmara Municipal faça uma lei em que nós incluamos na lei orçamentária nada mais nada menos do que 193.016.677,02 de precatórios. Uma vez que a lista de precatórios está em ordem cronológica, se isso acontecer – o Vlamir (?) até reclamou que parte dela não anda -, o

cidadão vai pegar os 200 milhões dele na frente. Ou seja, demorará mais não sei quantos anos para que as pessoas da lista sejam pagas. Lembro a todos os representantes do funcionalismo que vocês são chamados litisconsortes, ou seja, parte interessada. Se o dinheiro dos precatórios está destinado, e a cidade de São Paulo aderiu aos 2,55% da Proposta de Emenda Constitucional – PEC e a está cumprindo, o que isso significa? Estamos tentando reverter essa decisão junto ao Meritíssimo Juiz Marrey Uint, que fez essa determinação. Estamos tentando isso junto à Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, à Procuradoria do Município de São Paulo e à Procuradoria do Ipem – pois se trata de precatório do Ipem. E por que se trata de um litisconsórcio de todo o funcionalismo? No meu entendimento, esses 193 milhões estão contidos nos 2,55%. Ora, se eu deduzir 193 milhões desses 2,55% - embora ano, excepcionalmente, a Prefeitura esteja pagando 2,71% -, o que acontecerá? Os que na Cidade têm precatórios deixarão de recebê-los. Por isso, penso que essas pessoas têm que adentrar o processo de imediato para discutir essa medida, porque eles serão prejudicados. Os funcionários que têm interesse, que têm pendências com precatórios, se não estiverem atentos, serão, a meu ver, claramente prejudicados. O jurídico do sindicato deve adentrar imediatamente, ressaltando que deverão ser chamados a esse processo, porque haverá um prejuízo enorme para a categoria, principalmente para os pensionistas, que têm precatórios alimentares. Minha leitura pessoal desse acontecimento é que se trata de uma furada de fila de 200 milhões. É isso. Estamos – a Câmara Municipal, a Procuradoria do Município e a do Ipem – tentamos todos os tipos de solução. Chamei uma reunião, estamos recorrendo e aguardando a decisão do juiz. Pela informação que tenho, o primeiro diálogo com o Desembargador foi muito bom, mas ainda insuficiente. O que cabe agora aos funcionários é dizerem: “Sustem o processo, porque temos interesse”; senão, eles serão prejudicados. Vou passar uma cópia da manifestação para que vocês possam adentrar na justiça. Tirem cópia e passem para o sindicato, pois entendo que há um interesse direto da categoria. Se todo advogado conseguir uma liminar como essa, daqui a pouco a ordem cronológica não sairá mais do lugar. A fila já

não anda; então, temos que respeitar o que está determinado pela PEC. Se cada advogado conseguir uma liminar como essa e a Câmara se vir obrigada a cumpri-la, de que forma fará isso? Deduzindo dos 2,55%. Ora, assim se estará furando a fila dos precatórios.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não é que a Prefeitura não cumpra. É o seguinte: ela dá os valores – 2,55%, conforme a PEC. O que se está querendo, neste momento, é se furar a fila em 200 milhões. Minha leitura política é esta: tomar-se 193 milhões de precatórios em um título só. Se essa iniciativa lograr êxito, serão prejudicados os primeiros da fila de precatórios. Quer dizer, na verdade, eles são os diretamente interessados. Deve-se, sim, discutir essa matéria de imediato, adentrar o processo e dizer que nós temos interesse, que não pode ser assim e perguntar o porquê de estarem fazendo isso, uma vez se já estão na lista, que já receberam parte e de onde vem tanto dinheiro, haja vista ser apenas um precatório.

Passo a palavra à Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia. Eu, Maria do Socorro Alves, sou do Grande Conselho Municipal da Saúde e da Organização Nosso Sonho da região de Itaquera.

Acompanho as atividades da Câmara há muitos anos e quero saber por que vocês não enxergam o idoso, que até parece transparente. Desculpem, sem ofensa, mas parece que os Srs. Parlamentares representantes do povo não têm família, não têm mãe, porque o idoso é esquecido.

Na região de Itaquera, 40% de idosos estão morrendo, largados, abandonados. Todo mundo fala do Coringão, só que existe lá na região uma periferia monstruosa que ninguém está querendo enxergar.

Dito isso, eu pergunto: o que os senhores vão fazer por meio de emendas para o idoso? Foi relatado que será feito um CRI, sendo que a construção seria realizada pelo

governo, mas a Câmara ficaria responsável pela manutenção. Por enquanto isso só está no papel.

Dizem que lá tem equipamento para o idoso. Mas, onde? Eu moro na Avenida Águia de Haia, na região de Itaquera, bem próximo ao Coringão, tão falado, e tão próximo à miséria, àquele depósito humano. Quero uma resposta.

Fizemos a maior pressão para que o PL 131/12 fosse aprovado. (Pausa) Quando os senhores estão falando, nós escutamos, mas quando somos nós que falamos, os senhores ficam articulando.

- Manifestações na galeria.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Eu sou uma cidadã! Meu nome é Maria do Socorro Alves e trabalho com a população de quatro mil pessoas. Sou conhecida, sou idônea e, assim como respeito os senhores, exijo também respeito como ser humano que sou.

Quero saber do PL 131/12 que ainda tem que passar por uma segunda votação. Será que os senhores não têm respeito pelas pessoas idosas? Será que só vai ficar no papel?

O que eu sinto, eu falo. Sou respeitada porque respeito a população e trabalhei na FEBEM com os marginais, como os senhores falam.

Sinto muito, não vou pedir desculpas. Esse foi o meu recado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Suspendo os trabalhos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esclareço que, quando falava a Sra. Maria do Socorro, eu estava ao telefone com o Presidente desta Casa tratando do PL 155/12, que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores municipais.

Tenho que dar resposta a uns e a outros, Sra. Maria do Socorro. Então, não foi falta de respeito, não. Tenho, sim, muito respeito pela senhora, mas estava tentando resolver a questão do PL 155/12, do motivo de ter sido enviado às Comissões.

Recebo a manifestação da senhora com o maior respeito, mas também devo

respostas a questões a mim já formuladas.

O PL 155/12 trata do reajuste do funcionalismo público municipal. Para ser o relator desse projeto, indiquei o nome do Vereador Francisco Chagas. A assessoria me informou que o projeto está na pauta da reunião conjunta das comissões. A meu ver, isso foi feito para adiantar o processo de votação.

O meu entendimento é que se deve dialogar com a categoria e fazer, sim, um relatório. Entre a primeira e a segunda votação, tem que se relatar o processo, ouvir as partes e colocar o projeto em votação com o substitutivo definitivo. O relator deve, então, ouvir a categoria e contemplá-la. Vou solicitar isto ao Sr. Presidente: que devolva o projeto ao relator para que ele indique o percentual que entenda que deve indicar, se é 0,1 ou algo diferente disso.

A meu ver, estarei contemplando. O dialogo está aberto com Francisco Chagas para que ele apanhe o processo. Eu mantenho a relatoria no 155, que ele trate com a categoria. Meu compromisso com os representantes do sindicato, com a categoria, é que procure Francisco Chagas, ele chama o processo. Estou mantendo a relatoria dele. Tem de estar muito claro isso, para que depois não venha reclamar, dizer: não houve isso, isso. Qualquer coisa de funcionalismo, nesse projeto de lei, pode ser sanado, com substitutivo em extensão toda categoria. Pode ser tratado de uma forma de substitutivo e resolvido ao entendimento do Vereador Chagas. O caminho está aberto para que se faça isso.

Com a palavra o Sr. Alan,

O SR. ALAN – Bom dia a todos. Especial agradecimento a Rede Moça São Paulo, na pessoa do Ailton que trouxe, preliminarmente nossa questão, acompanhando a Fetan e a Vereadora Juliana, que abriu na perspectiva de podermos, mais uma vez, se pronunciar a cerca de um vício de ilegalidade, que na nossa concepção está contida no gêneses deste projeto de lei de orçamento que tramita nesta Casa. O Fórum de Assistência Social, na por coincidência, está em uma sessão solene, ao lado, completando 20 anos de existência. Com

mais de 300 pessoas lá, mais uma vez contribuindo e ajudando a construir assistente social nessa cidade. E essa questão do orçamento para nós, especialmente cara, estamos falando de idoso, de criança adolescente, da população mais vulnerável dessa cidade, que já é criadora de todas as políticas públicas as quais não foram atendidas antes. É por isso que hoje estão na assistência social. Esse orçamento, conforme ofício protocolado junto a todas as lideranças desta Casa, junto a todas as comissões afetas a esse tema e junto a essa comissão de financiamento, ele trás uma ilegalidade. O Conselho Municipal de Assistência Social, votou e deliberou por esse orçamento, conforme determina toda legislação que citamos com parte desse ofício. O orçamento que ora tramita nesta Casa, não contemplou, não respeitou a deliberação do conselho, ferindo, a legislação federal vigente. Nosso entendimento é que a Secretaria Municipal de Assistência Desenvolvimento Social, que encaminhou ao orçamento para a Sempla. O Secretário Chammas já esclareceu que ele encaminhou, que a Smad, encaminhou para ele. A Smad que tem assento no conselho que aprovou por unanimidade esse orçamento, tem a obrigação legal, e mais do que isso, ética de recompor esse orçamento garantindo o cumprimento dessa Legislação Federal para que esse orçamento possa seguir tramitando sem esse vício de gêneses na sua legalidade. Pedimos um posicionamento claro dessa comissão e quais são os encaminhamentos que essa comissão vai fazer. O Conselho Municipal de Assistência, também protocolou o ofício, registrando na audiência pública anterior essa situação. Estamos aqui para cobrar. Tudo que estamos querendo e exigindo é o cumprimento da lei federal. E são várias: Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional da Assistência Social, Norma Operacional Básica da Assistência Social; Lei 12 345 deste ano, que institui o SUAS como Sistema Único da Assistência Social. E também contamos a especial atenção do nobre Vereador Floriano que tem sido sensível em muitas ocasiões a essas questões relativas a Assistência Social. E as entidades que estão que também trabalham pela transparência e controle social, delegados nacionais que foram eleitos para representar nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Minha manifestação é no sentido de buscar um pouco mais arrecadação uma vez que o Orçamento para o ano que vem, com certeza vai ter dificuldade ainda. Está tramitando nesta Casa uma proposta de reabertura do PPI que estava fechada e nossa situação é apresentar na Lei Orçamentária a reabertura do PPI por prazo .improrrogável de mais 180 dias – de janeiro a junho – incluindo 2010. Improrrogável para que possa dar continuidade a esse processo a partir de agora. Acho que neste momento, em que está faltando recurso, o PPI seria extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Um ótimo projeto para ampliar as receitas.

O SR. PAULO FRANGE – Para que possamos dar chance para quem não pagou. Para que possamos estimar esse recurso, precisaríamos que o Secretário Chammas apresentasse até amanhã, o valor estimado de uma eventual reabertura, incluindo 2010, e daquelas que estão pendentes hoje. Isso para que pudéssemos colocar em receitas condicionadas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Muito boa proposta, Vereador.

O SR. PAULO FRANGE – A outra situação, Secretário, diz respeito ao projeto, ao programa que trata do atendimento domiciliar – Prodom, que é, hoje, o melhor programa do Brasil, é um *home care* público. Consegui transformá-lo em lei. Portanto, hoje, temos uma lei específica que trata disso. O Governo Federal tem o Melhor em Casa. A nossa equipe custa quatro vezes mais que o Melhor em Casa custará um dia, porque o custo, em São Paulo, para médico, enfermeiro e deslocamento é muito maior.

Então, hoje, temos no Fundo 10 milhões, mas vamos apresentar ao Vereador Milton Leite uma proposta de ampliação de mais seis milhões para que possamos ampliar essas equipes – as mais importantes que temos na cidade de São Paulo, representando cerca de 160 pacientes internados em casa; quase que um hospital a mais deixa de ser construído

porque os pacientes estão sendo atendidos e internados em casa pelas equipes do Einstein, Santa Marcelina, pelo Hospital da Vila Maria, pela Escola Paulista, e pelas autarquias.

Por fim, gostaria apenas de fazer uma lembrança. A Operação Urbana Água Branca, tão debatida, chegou o projeto, nesta Casa, na sexta-feira. Essa Operação se traduzirá, naturalmente, em uma receita.

Pergunto ao Secretário Chammas se temos o valor estimado da eventual aprovação desse projeto para o ano que vem. Talvez, não consigamos neste ano. Mais: o que isso representaria em receita condicionada, para o próximo ano, para que pudéssemos também constar no Orçamento.

Temos uma Linha Verde que terá 25 metros de largura ao lado da Marginal Tietê e que não será parque linear. Precisamos saber quem pagará a conta, a manutenção dessa vegetação arbórea que ficará ao lado o Tietê.

Sr. Presidente, espero respostas do Secretário Chammas depois.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – O plano do próximo governo é a descentralização administrativa, a descentralização de gestão e financeira. Já tivemos vários assuntos, portanto só vou me ater a esse foco.

Entendo que se deva mexer no Orçamento do ponto de vista da verba destinada às subprefeituras. Existem estudos, mapas comparativos às verbas empenhadas de 2011, 2012 e 2013 e há um decréscimo das verbas destinadas às subprefeituras. É impossível se fazer uma descentralização de gestão financeira se não houver recurso para as subprefeituras,

Então, seria de extrema importância que se observasse, no relatório final, alguns ajustes nas verbas das subprefeituras, em especial, naquelas rubricas de revitalização de bairro. Muitas vezes, os subprefeitos não conseguem executar os serviços mínimos da zeladoria da Cidade. Essa é uma observação bem singela.

Sr. Presidente, faço uma sugestão. Temos várias reivindicações. Entre se colocar verba no Orçamento e se executar há uma distância que faz necessária uma atuação forte ou de Vereador ou da comunidade ou das lideranças ou do Secretário. E a intenção de acolher as sugestões é a mesma coisa. Nunca fiz demagogia com reajuste de funcionalismo municipal até porque estou no meu quarto mandato. É muito fácil falar que vamos incluir 20%, 30%, 40%, 50%, 60%. Mas, o Orçamento está justo. Se pôr o aumento aqui tem de tirar de lá. Tem um remanejamento de 15%. Fazer demagogia é fácil, ou seja, dizer para dar 20 ou 30% de aumento. O que vale dizer é se tem acordo e entendimento com o Governo. Se o Governo, na negociação coletiva, vai acatar aquele reajuste.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO – Dá licença, pois conheço toda a história do 001. Então, tem de haver uma negociação, sim. Tem de se aproveitar o momento para negociar. O projeto de lei está nas mãos do Vereador Francisco Chagas. Obviamente, todo vereador quer dar aumento não só para o funcionalismo público, mas para todas as categorias. Estou dizendo que o momento da negociação é agora.

Concluindo, Sr. Presidente, citei o funcionalismo e respeito, mas deve haver essa negociação. É preciso alocar mais verbas para as subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Floriano Pesaro, por favor, o tempo está correndo.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr. Presidente, estou respeitando a democracia, estou ouvindo.

- Aplausos no recinto.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FLORIANO PESARO – O bom da democracia é isso. Tem um governo e é

criticado. Agora, assume outro governo. Daqui a quatro anos vamos ver. Essa é a parte boa da democracia.

Sr. Presidente, selecionei muitos itens e infelizmente não terei tempo para expô-los em três minutos. Por isso, vou encaminhar por escrito grande parte delas. Há algumas coisas que nos preocupam.

Em primeiro lugar, há a questão do transporte coletivo, o subsídio pago ao transporte coletivo. Já disse desta tribuna que este ano estamos executando quase um bilhão de reais em subsídio para passagem de ônibus na cidade de São Paulo, o que é algo fundamental, ao preço já de três reais. No entanto, para o Orçamento de 2013 só temos 660 milhões orçados. Já temos um déficit em relação ao Orçamento deste ano, fora eventuais dissídios coletivos da categoria de cobradores, motoristas, etc. Essa é uma preocupação, porque o bilhete, promessa de campanha, mensal, único, que já traz uma demanda adicional de 400 milhões de reais. Não temos nada a opor. Ao contrário, como vamos chegar ao nível que está sendo proposto no Orçamento, Sr. Secretário, temos de ter uma passagem a quatro reais, quatro e dez. Isso é algo bastante preocupante e não vejo muita saída nesse Orçamento que foi apresentado pelo atual Governo.

O segundo ponto que quero abordar é dizer que, a despeito do orçamento da assistência ter tido um acréscimo de quase 31% no que diz respeito ao orçamento da Secretaria de Assistência, quando se busca o Fundo Municipal de Assistência Social que é onde está de fato a quantidade de recursos alocados para subsidiar as organizações sociais que trabalham com a assistência e é bom lembrar que a rede de assistência social na cidade de São Paulo é uma rede terceirizada, parcerizada, é uma rede onde as organizações sociais executam o serviço e nesse fundo nós só tivemos um aumento de 9,4%, de 675 milhões para 795 milhões. Portanto, absolutamente insuficiente para fazer frente às demandas previstas, a menos que se reconheça que só vamos ter um crescimento na área socioassistencial 9%, que é o que está expresso.

E por último e não menos importante – há muitas outras coisas, evidentemente, por exemplo, o orçamento da cultura que realmente é uma excrescência, aproveitando o pessoal da cultura que está aí, que teve uma diminuição de 25,4%. Não entendi, o Orçamento de 2012 era de 310 milhões e para 2013 é de 270 milhões.

Quer dizer, ele não só aumenta como são tirados 25% da Cultura. Não sei para onde foi esse recurso.

Por último, falo do orçamento de 2013. Estamos discutindo o futuro, 2013. Há um acréscimo impressionante em relação ao contrato do lixo. Já disse isso, nessa semana, na tribuna. Falo de um acréscimo de quase 350 milhões de reais. O orçamento foi de um e quinhentos para um e oitocentos. Esse contrato do lixo foi assinado ainda no Governo Marta Suplicy. Por que há um acréscimo no orçamento de 2013 de quase 350 milhões de reais, se não há acréscimo de serviço? Fui checar a informação contratual, e, no contrato de lixo ou de resíduos, já está prevista a varrição e a limpeza de boca de lobo, além de toda a coleta.

Gostaria de obter uma informação do Sr. Secretário, para saber por que há uma previsão de um aditamento no contrato em vigor de quase 350 milhões de reais para 2013, se não há acréscimo de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Saúdo todos os presentes, Vereadores Dalton Silvano; Floriano Pesaro; Milton Leite, Presidente desta comissão; Paulo Frange; Chammas, Sr. Secretário e todos os presentes. Vou me limitar a dois pontos. Num deles, corroboro com o Vereador Dalton Silvano, com relação à descentralização administrativa. Esse orçamento deve, nos limites da peça orçamentária apresentada, trabalhar com a ideia da descentralização administrativa, levando a maior quantidade de recursos possíveis para as subprefeituras. Depois de o Sr. Prefeito eleito tomar posse, S.Exa. deve fazer, dentro (ininteligível) do remanejamento que terá, deve também levar dinheiro para as subprefeituras. É fundamental

uma cidade como São Paulo fortalecer o poder local. A segunda questão é a respeito da cultura. Faça as minhas palavras as do Vereador Floriano Pesaro, de que a redução da verba da Cultura é imaginável e impensável numa cidade como a nossa. Temos de refazer o orçamento da Cultura ou retomarmos os recursos para a Cultura, que foram tirados, no nível da necessidade de uma cidade como São Paulo. Falo, especificamente, de três itens fundamentais da Cultura. O primeiro é o fomento à dança, que precisa ser reajustado na rubrica que está aqui, primeiro por conta da expansão do programa, que tem sido muito bem sucedido na cidade. Assim, precisa, cada vez mais, de recursos para podermos alcançar e beneficiar um número maior de grupos de dança contemporânea. Em segundo lugar, porque tramita, nesta Casa, um projeto que eu próprio apresentei, para que o fomento à dança possa autorizar programas com duração de até dois anos. Por isso, também é necessária uma recomposição orçamentária. Finalmente, com relação aos outros dois itens, temos aqui a rubrica “Iniciação Artística”, que, em geral, abrange alguns programas da Cultura, que tem importância absolutamente irrisória, porque abrange programas como o PIA(?). Pessoas estão ganhando muito pouco para desenvolverem um programa altamente meritório na nossa cidade.

Tentei apresentar uma proposta de solução para esse problema, e através da criação de uma rubrica na Educação porque a Educação tem mais recursos. A Educação é muito mais fácil de manejar. Criaríamos lá uma Educação que já paga uma parte desses projetos mas já paga de maneira fragmentária. Criaria uma rubrica lá dentro para dar conta dos projetos que poderíamos dizer que são abrangidos pelo programa vocacional.

Então, tudo aquilo, mesmo sendo Cultura que é desenvolvida num âmbito dos espaços da Secretaria da Educação, como CEU, escolas, etc, isso abrangeria o Piá, a Aldeia, etc. Participariam de uma rubrica que poderíamos chamar de Programa Vocacional (Apoio a Atividades Vocacionais) desenvolvido nas unidades da Secretaria da Educação. Isso hoje calcula-se que tem 1,5 milhão a 2 milhões sendo usados de forma fragmentária. Aumentaríamos isso para, pelo menos, 4 ou 5 milhões, depois eu me entendo com o Relator,

na Educação. Isso daria não só para ampliar, para reajustar os pagamentos para os profissionais dessa área como poderíamos ampliar esses programas e na Cultura manteríamos os programas de iniciação artística, programas de formação, puramente culturais, onde daríamos um reajuste nessa importância de 450 mil reais, importância irrisória dos programas desenvolvidos nessa área. Elevaríamos para, pelo menos, dois milhões. Quando se eleva a Educação para 4 e aqui para 2, teríamos, para custear esses programas - repito, iniciação artística, vocacional – que atendem milhares de jovens, teríamos alguma coisa em torno de 6 milhões de reais. Ainda é pouco mas, de qualquer forma, é um mínimo. Primeiro haveria justiça nesta área pelas pessoas que fazem e, segundo, haveria um fortalecimento do programa, uma ampliação junto às nossas crianças e jovens. De certo sentido estaríamos retomando, ampliando as atividades artísticas dos CEUs e das escolas e contribuindo para uma unificação entre a Educação e a Cultura.

É essa a minha proposta. Vou encaminhá-la para o Sr. Presidente. Repito, teremos uma rubrica na Educação para podermos ampliar o recurso e uma iniciação artística que levaríamos o que está hoje em 450 mil para 2 milhões de reais, para que pudéssemos ter, ao todo, 6 milhões de reais e tocar esses projetos tão importantes para a cidade de SP. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador José Américo, acho que V.Exa. conseguiu buscar uma solução de maneira criativa. Encaminhe que tocaremos para a frente.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Porque na Educação é muito mais fácil porque tem mais dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário responderá todas as questões formuladas. O Sr. Secretário Rubens Chammas para a conclusão dos trabalhos.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade da Câmara Municipal pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e

os Vereadores presentes. Coloquei aqui todas as questões levantadas. Vou começar a agregar. Vou começar primeiro com uma fala importante: desde a segunda quinzena de novembro, quando o prefeito eleito indicou os responsáveis pela equipe de transição e o prefeito atual também indicou. Essa comissão, por parte do governo atual, eu faço parte e todas as questões ligadas a projetos que vão ter alguns encadeamentos nestes meses de novembro e dezembro estão sendo compartilhadas com as equipes.

Agora mais ainda com a indicação dos secretários.

Então, isso é bastante em função da questão do Terminal Vila Sônia, a preocupação da licitação.

Queria deixar claro que, não só no âmbito da Secretaria de Planejamento, estamos tendo uma transição a mais tranquila, aberta e, entre aspas, “escancarada” possível, o que não podia ser diferente. E, nas outras Secretarias, os Secretários participando de reuniões, se inteirando das ações para ninguém imaginar que, no dia 2 de janeiro, começa do zero. Isso, uma cidade madura, uma cidade complexa que nem São Paulo, no dia 2 janeiro, a nova administração vai receber, vai ter posse de todas as informações, de todos os desafios que ela vai ter de, no curto, médio e longo prazos, enfrentar.

Então, isso vale para todas as áreas. Mas especificamente a questão do Terminal, são questões que nem essas e todas as questões de estudos urbanísticos da cidade que têm sido compartilhadas já pelos Secretários, o atual e os Secretários indicados.

Eu queria, aí é uma questão específica que acho que o Secretário de Transportes podia dar informações mais detalhadas. Eu queria, como falamos já na última audiência, deixar clara a questão da Cultura. Vou fazer só um rápido relato.

Em 2007, o investimento na área de Cultura foi de 156 milhões de reais.

Em 2008, ...

Desculpe, na área de Cultura, não. Só na Secretaria da Cultura.

Em 2008, 204 milhões de reais.

Em 2009, 200.

Em 2010, 234.

Em 2011, 277.

Em 2012, devemos estar fechando com 350 milhões de reais.

Em cinco anos, aumento de 160 para 360.

Agora, quando a gente olha o Orçamento de 2013, não podemos esquecer que, recentemente, houve a aprovação por esta Casa - e já está em fase final de implantação - da Fundação Teatro Municipal.

Então, o Orçamento, para 2013, da Cultura, não é de 270 milhões - que estão no órgão da Secretaria -, são os 270 que estão no órgão da Secretaria, os 65 que estão na Fundação Teatro Municipal, os mais de 40 milhões que estão no Fundurb, chegando a um número, na função "Cultura", de 390 milhões de reais.

Então, essa é uma informação macro.

Quando a gente olha...

Então, estamos falando de 160 milhões, em 2007, para 390 milhões, em 2013.

Podia ser mais? Claro. Em todas as áreas, podia ser mais.

Agora, quando a gente olha o Orçamento aberto - e comentei isso na última audiência e ratifico nossa posição -, a abertura de algumas dotações para organizar ou para reforçar programas já existentes é fundamental e acho que esta Casa tem condições de, internamente, no Orçamento, propor esse ajuste.

Mas fundamental que a gente tenha claro que, por exemplo, como falou o Fábio na sua intervenção, as obras da Cultura que, em 2007, tinham alocados 16 milhões de reais - e sabemos que é fundamental termos a rede de bibliotecas e teatros adequada para suprir essa demanda -, dos 17 milhões de reais de 2007, este ano estamos fechando com quase 70 milhões de reais em intervenções.

Algumas, realmente, vão ficar para o ano que vem, por questões de licitação, por

questão do processo de uma obra. Mas é visível a reforma e a retomada de todos os equipamentos.

Então, acho que a área da Cultura é fundamental e essa radiografia de um Orçamento, que era de 170 milhões de reais, passar para 400. Nenhuma área teve 200% de aumento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Inclusive, inclusive...

Olha, eu já falei, acho que vocês estão esquecendo-se de ver a Fundação Teatro Municipal, que também se inclui no Orçamento da Cultura. Não podemos analisar somente a unidade orçamentária.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) - Eu vou garantir a palavra do Sr. Secretário, por gentileza.

O Secretário ouviu a manifestação de todas as senhoras e senhores. Nós temos, agora, de ouvir, auscultar a palavra do Sr. Secretário.

Pediria que...

Ele teve a paciência e está respondendo tudo aquilo que...

NÃO IDENTIFICADO - (Fora do microfone) - Temos que definir as verbas garantidas na reforma do Teatro Municipal. E agora o Secretário está falando uma coisa diferente. Está falando que houve um acréscimo no Orçamento. A proposta foi apresentada após o (ininteligível), Secretário. Qual é a diferença de informações que estamos tendo. Estou pedindo a V.Exa. para esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu pediria que, antes da conclusão do Secretário, não houvesse manifestação. Vamos esperar o Secretário concluir. Se não contemplados, solicito que remetam a esta Comissão as dúvidas, e vou tomar as providências

cabíveis.

Pediria que, respeitosamente, aguardássemos a conclusão da palavra do Secretário, para que S.Exa. tenha espaço para concluir sua análise. Fica difícil interrompê-lo sem a sua conclusão.

Peço que deixem o Secretário concluir. Se não ficarem satisfeitos, encaminhem a dúvida por escrito a mim.

- Comentário fora do microfone.

O SR.PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu tenho uma informação, você está dando outra. Então, vamos tomar medidas pragmáticas para dar encaminhamento e fluidez. Vou garantir, neste momento, a palavra ao Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Ainda nesta linha, em respeito à colocação, estamos abertos. Nós nos comprometemos a encaminhar na sequência. Para o ano que vem, as questões de obras da Secretaria são menores do que este ano, pois há muitas obras em andamento, e não só do Teatro Municipal. Até porque o Teatro Municipal e a Biblioteca Mário de Andrade foram feitas com recursos externos do BID. Agora, as obras da Secretaria – a Praça das Artes, reforma de teatros e biblioteca – tendem a ter um impacto menor no Orçamento. Portanto, vou dar mais um número importante: em atividade – isto é, todo o custeio da Secretaria e a programação – temos, em 2007, 66 milhões. Não vou falar de todos os anos. Agora estamos com 190 milhões, ou seja, um crescimento de 200% em cinco anos para atividades. Estou expurgando pessoal e obras. Em cinco anos, nenhuma secretaria teve um aumento de 200% em atividades.

Queria falar um pouquinho de uma marca registrada da atual gestão. É um processo que estamos iniciando, é um aprendizado do Poder Executivo com a sociedade. É a questão da transparência. A sociedade avançou muito nesse sentido e tivemos a felicidade de fazer, no início deste ano, a 1ª Conferência Municipal de Transparência e Controle Social, com participação efetiva das entidades.

A questão da transparência é muito importante. Convoco todos a continuar a analisar o *site* da Prefeitura, a fazer sugestões. Avançamos muito, mas ainda temos muito a avançar. A atual administração mostrou várias ações. Todas as questões relativas a pagamento, a funcionalismo, a contratos, a convênios estão disponíveis. Então, é uma convocação para que todos continuem refletindo.

Falo isso porque queria abordar a questão do programa de metas. Não podemos fazer disso uma questão leviana. O Fábio, sempre presente nas audiências, trazendo questões, colocando suas dúvidas, fez uma pergunta: “Quantas metas foram concluídas?” Esse número, e o *site* o divulga muito bem, diz 100 metas concluídas, de 223. Só que a questão não pode ser leviana. Temos de ver metas que estão em andamento, mas das quais a população já usufrui. Se temos uma meta de implantar dez parques e eu implantei nove, vou chegar ao final da gestão com uma meta não concluída. Mas os nove parques já estão sendo usufruídos pela população. Então, por que não fazer uma análise do quanto já tenho. Então, o número a que chegamos, e faremos uma apresentação, na próxima semana, quanto a isso, é que o programa de metas termina a gestão com um índice de eficácia, está detalhado nos *sites*, de mais de 80%. Índice de eficácia não é metas concluídas.

Algumas questões foram levantadas em relação à Operação Urbana Água Branca. Para esta operação, está previsto no Orçamento do ano que vem algo em torno de 98 milhões de reais. Apesar de a lei estar já protocolada nesta Casa, ela terá de ser aprovada. Essa lei prevê o lançamento de títulos públicos, portanto, passará por toda uma análise da CVM e, com certeza, em sendo aprovada e a CVM validando, ela terá uma outra performance que é um valor maior do que os 98 milhões que estão previstos na lei. Mas, claro que aí, em função do tempo, da aprovação da lei, ela poderá ainda sofrer ajustes.

Em relação à zeladoria das subprefeituras, é uma outra análise que temos que ter um pouco de cuidado. No orçamento do ano passado estava previsto na zeladoria das subprefeituras a questão da limpeza de bocas de lobo. Esse item foi expurgado. Por quê? Pelo

novo contrato de varrição, esse item passa a fazer parte do contrato de varrição, que é responsabilidade da Secretaria de Serviços. Então, analisando somente o dado zeladoria, veja bem, zeladoria, nós temos que expurgar. Uma subprefeitura, se ela tem piscinão, ela vai ter lá manutenção de piscinão e a outra não tem. Se nós analisarmos somente as dotações que são homogêneas em todas, são comuns em todas as subprefeituras, houve um acréscimo orçamentário em todas as subprefeituras na questão zeladoria.

Na questão subsídio de ônibus, a administração praticou o mesmo número, encaminhou no projeto de lei o mesmo número que foi encaminhado para 2012, 660 milhões de reais. Este ano, em não tendo o aumento da passagem de ônibus, nos vimos para a execução orçamentária do atual sistema, suplementada em pouco mais de 300 milhões, tendo um número total de subsídios de quase 960 milhões de reais.

A questão do lixo, que foi colocada, o número a maior é em relação a uma proposta de reequilíbrio do contrato de concessão e coleta de lixo.

Houve questões relativas à habitação. Eu acho que em relação ao Programa de Habitação, é um programa muito forte. Há sete ou oito anos investimos algo em torno de 250 milhões de reais, hoje estamos investindo algo em torno de um bilhão e 300 milhões de reais, um programa muito forte na área de mananciais, na área de urbanização de favelas, com recursos Tesouro numa porção menor e recursos federais e estaduais vindo regularmente, numa porção significativa.

Em relação às questões, são esses os itens que eu queria destacar, mas continuo ainda à disposição para quaisquer outras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, assistência social e o funcionalismo.

O SR. SECRETÁRIO – Em relação a assistência social, já foi esclarecido. A proposta que o conselho fez, uma proposta e ela foi encaminhada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e nós não conhecemos na íntegra a proposta do

Comas, a SMADS nos encaminhou, essa proposta, como toda as outras propostas foram adequadas na peça orçamentária.

Em relação ao funcionalismo, no dia seguinte à audiência pública, às 9h, protocolamos nesta Casa o documento conforme comprometido aqui, o documento mostrando toda a política, eu não diria política salarial, porque é um item, a política de pessoas implantada nesse período 2005-2012, englobando qualificação, englobando capacitação, englobando ensino à distância, englobando as gratificações dadas a todas as carreiras e o documento esta nesta Comissão desde o dia 27.

O que eu queria destacar é que nenhuma administração se sente confortável em não ter um grupo trabalhando de forma envolvida, de forma totalmente integradas para que as ações das políticas públicas seja implantadas. Nós temos as políticas públicas indicadas, o gasto com funcionalismo hoje chega a 11 bilhões de reais, é o maior gasto hoje da Prefeitura num orçamento de 38, 40 bilhões de reais...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aos presentes, cada vez que um manifesta de um lado, outro de outro, nem eu consigo entender o que vocês estão falando. É difícil. Foi clamado para que ele respondesse..vocês estão falando bem baixo. É difícil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É difícil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Foi clamado que ele respondesse sobre o funcionalismo e assistência...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário está respondendo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Olha, isso me foi pedido, eu repassei a

pergunta para que ele pudesse responder, falar sobre funcionalismo e assistência social. Eu estou permitindo que o Secretário responda, mas se fala um aqui, um ali nem eu consigo... A acústica desta casa não é das melhores, chega aqui distorcido. É uma manifestação...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Veja, nós vamos ouvir o Secretário falar a respeito inclusive... Eu estou pedindo que ele se manifeste a respeito do 155 e demais... política de salário. Ele está aqui para responder. Eu espero...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu estou esperando que o Secretário faça a sua manifestação para que eu possa dar encaminhamento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. - (Ininteligível) por que São Paulo paga abaixo do salário mínimo. É isso que nós queremos saber.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário com a palavra. Por que São Paulo pega abaixo do salário mínimo? Se for verdade que ele paga.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos deixar o Secretário responder, por favor. Não dá...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Gente, é difícil. Deixe o Secretário responder, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cada vez que alguém grita lá no fundo, eu não sei quem é, é difícil, está sentado, só chega o som aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou concluir os trabalhos, porque não é

possível. Aquilo que foi audível, que eu consegui escutar, eu repassei ao Secretário. Por favor, Secretário, para a conclusão. Eu tenho uma única pergunta ao final da sua manifestação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Adite-se o idoso.

O SR. SECRETÁRIO – Em relação à política de funcionalismo, é claro que o documento – todos tiveram acesso ao documento – mostra toda a política feita nos últimos oito anos, política de gratificações em algumas áreas. Na hora em que eu falei de todas as áreas, é de todas que estão contempladas. O documento está aí disponível. Na área da saúde, na área da educação, na área da Guarda Civil Metropolitana, algumas ainda em regulamentação – vocês sabem -, não há vencimentos menores que o salário mínimo. Agora, o que nós temos que deixar claro é que gestão de pessoas não é política salarial somente; é capacitação, é integração e é nesse caminho que a gente tem de fortalecer o funcionalismo público. Evoluímos muito na parte de capacitação em vários nichos; no ensino à distância, no ensino presencial, vários cursos dados, convênios com as entidades; muito na gratificação de várias carreiras. Então essa é a questão central. Qualquer administração tem que preservar e tem que trabalhar para que o seu funcionalismo tenha as melhores condições de trabalho. Acho que avançamos. Há muito a avançar. Temos o maior gasto da Prefeitura com funcionalismo, 11 bilhões de reais. Em relação ao...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Deixe o Secretário concluir. Gente, não é possível. É difícil. Por favor, Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Várias questões levantadas aqui, tanto da juventude quanto do idoso, existem políticas específicas, existem as coordenadorias ligadas à Secretaria de Participação e Parceria, mas é claro que são políticas transversais. Várias secretarias – de Esporte, de Assistência Social, Cultura – têm políticas e programas. Claro que sempre há

aquela dúvida: por que não há uma dotação específica para tal programa? É uma questão que temos de evoluir. Esta Casa trabalha para isso. Acho que é um trabalho conjunto do Legislativo com a população para espelhar no orçamento a melhor peça para que em 2013 tenhamos uma excelente execução orçamentária dentro das limitações exigidas.

Essa é uma questão que a gente sempre tem que dizer: existem os vínculos constitucionais constitucionais muito fortes no nosso orçamento. Há o vínculo com a educação, 31%; o vínculo com a saúde, de 15% no mínimo - e estamos, nos últimos anos, com algo em torno de 19%, chegamos a quase 21%; temos o compromisso da dívida, 13% da receita corrente líquida; os 2,55% dos precatórios pagos religiosamente, e no Orçamento de 2013 já previstos 2,71%, para cumprir a PEC de, em 15 anos, zerar a fila. São os vínculos que fazem com que haja limitações orçamentárias e de receitas em função do cenário macroeconômico previstos.

Mais uma vez me coloco à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, houve uma manifestação quanto à Prefeitura pagar menos que um salário mínimo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Disse que não paga?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO – Ela complementa, ninguém recebe menos que um salário mínimo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No extrato, no holerite não sai menos que um salário mínimo?

O SR. SECRETÁRIO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, mais uma pergunta minha...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com relação à Vila Sonia, o senhor leve ao Governo a sugestão, o pedido desta comissão – em nome dela falo – de que suspenda a licitação, que o novo governo tome posse. Faltam 20 dias, 18 dias, nem dez dias de Governo. Suspenda a licitação seria de bom alvitre para que o novo governo trate dessa questão da Vila Sonia... como eles acham... Já que eu entendi que eles estão mantendo um diálogo com a comunidade da Vila Sonia, acho legítimo que, já que abriu essa possibilidade, suspenda o processo licitatório - não há prejuízo com a suspensão – para que não se decida a matéria, aí eles possam dialogar, o novo governo, essa licitação. Eu não vejo prejuízo. (Palmas)

Havendo muito a discutir, mas com o tempo já esgotado, dou por cumpridas, na forma do Regimento Interno e da Lei Orgânica, as duas audiências públicas que a lei preconiza que deem a instrução legal para que possamos votar a peça orçamentária.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu não vou falar o valor, mas tem um líquido aqui a receber...

O SR. - ...padrão de vencimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, Secretário, antes de encerrar... Vou pegar meus óculos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só um segundo. Eu não vou citar o nome, mas o recebível aqui embaixo é R\$ 1.368,63...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O padrão... Então não procede... A lei diz que o cidadão tem que receber da forma composta... é composta por todos os itens que compõem o holerite, não só o padrão de vencimentos. Aqui é R\$ 1.368,00.

Está encerrada a presente audiência pública. Tenho todos uma boa tarde.